Maria Isabel Lopes da Cunha Soares

**ACESSO À JUSTIÇA E
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ESTUDO DE CASO:
PROGRAMA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA**

Orientador:
Professor Doutor Guilherme Assis de Almeida

Dissertação de Mestrado

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Direito
São Paulo
2014**

Maria Isabel Lopes da Cunha Soares

**ACESSO À JUSTIÇA E
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ESTUDO DE CASO:
PROGRAMA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu da Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo, sob a
orientação do Prof. Dr. Guilherme
Assis de Almeida.**

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Direito
São Paulo
2014**

Versão corrigida em agosto de 2014. A versão original, em formato eletrônico (PDF), encontra-se disponível na CPG da Unidade.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

SOARES, Maria Isabel Lopes da Cunha. Acesso à justiça e educação em direitos humanos: estudo de caso: Programa Centro de Integração da Cidadania. **Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Direitos Humanos.**

Data de Aprovação: 06/junho/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Assis de Almeida **Instituição: Faculdade de Direito da USP**

Prof.^a Dra. Elza Boiteux **Instituição: Faculdade de Direito da USP**

Prof^{ra}. Dra. Camila J. Mello Gonçalves **Instituição: Faculdade de Direito FGV**

Para Camilo e Ana,
Suzana e Melchíades

Agradecimentos:

Em primeiro lugar, agradeço a meu orientador, Guilherme Assis de Almeida, por tudo, desde o incentivo inicial para entrar no programa de mestrado da USP até os segundos finais de preparação desta dissertação, pela amizade e generosidade que sempre pautaram nossa relação de mestre e aluna! A Camila de Jesus Mello Gonçalves, cujo incentivo, força e amizade foram ímpares, sem eles nada disso teria acontecido! A meus amigos, Reka e Fran, pelo suporte incondicional nas horas mais tensas do processo. Às amigas Ana Decot e Carol Roxo, pela presença e incentivos, sempre! A meus amigos e parentes, pela amizade e carinho; ao querido Willi Schlot que me deu força e garra em doses personalizadas; a equipe do CIC, em especial Tatiana Rached, Henrique Moreira, Julia Paradinha Sampaio, Theo Lovizio, Haroldo Tani, Lauro Akagui, Renata Bugni, Gabriela Beck, Isabella Menon, Roma Di Monaco, Regina Espongino, Luci Aparecida de Freitas, Carlos Eduardo do Nascimento, Denise da Silva Avarese, Claudinéia Scalabrini, Sebastiana Briganó, Eliana Aparecida Rodrigues e a todos os outros colegas pela cumplicidade e força, elementos tão necessários para a condução do Programa; aos parceiros queridíssimos de jornada Humberto Dantas, Sandra Bayer, Fernanda Levi e Adolfo Braga (em nome de quem agradeço toda a equipe de mediação); aos defensores públicos Carolina Bega, Gislaine Calixto, Elaine Ruas, Gustavo dos Reis, Carlos Weiss e Davi Depiné (em nome de quem agradeço a todos os defensores envolvidos nas ações do CIC); aos parceiros do Instituto Sou da Paz, na pessoa de Melina Risso; a Cintia Beo, companheira querida de Secretaria; a Eduardo Caldas, amigo e colega de trabalho, que me apresentou o CIC; ao Secretário Adjunto da Justiça à época, Izaías Santana, pelos ensinamentos, e ao Secretário da Justiça Luiz Antonio Guimarães Marrey pela generosidade e pela confiança em mim depositadas durante o período em que fui coordenadora do CIC.

Por fim, agradeço a meus pais Suzana e Melchíades pelos ensinamentos de vida que me levaram ao mundo dos direitos humanos e a meu marido Camilo e a minha filha Ana pelo amor incondicional!

Resumo

A presente dissertação tem como tema a educação em direitos humanos nas áreas de alta vulnerabilidade social de entorno dos postos do Programa Centro de Integração da Cidadania, ligado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo. Seu objetivo é apresentar o potencial que um programa dessa natureza possui para a educação em direitos humanos, tornando-se assim um espaço de promoção do acesso à justiça pela via do conhecimento acerca dos direitos de cada cidadão. Para tanto, foram percorridos os seguintes passos: pesquisa bibliográfica sobre o tema e pesquisa de campo, por meio de acompanhamento do dia a dia do Programa e da implementação de projetos voltados para o cumprimento do objetivo de promoção de cidadania e direitos humanos na periferia de São Paulo como o Projeto Centro de Referência da Juventude - Espaço Jovem Consumidor, Projeto Núcleos de Mediação Comunitária e o Projeto de Educação Política. Com isso, pôde-se concluir que a educação em direitos humanos apresenta-se como um forte e poderoso instrumento na asserção dos direitos, porém, deve ser vista como mais um instrumento e não o único, uma vez que a democratização definitiva do acesso à justiça depende de uma transformação radical no sistema jurídico/judiciário brasileiro.

Palavras-chave: acesso à justiça – educação em direitos humanos – Centros de Integração da Cidadania.

Abstract

The present dissertation is themed human rights education in the areas of high social vulnerability surrounding the Centers of Integration of Citizenship Program linked to the Secretary of Justice and Defense of Citizenship of the State Government of São Paulo. Its goal is to present the potential that a program of this nature has for human rights education, thus becoming an area of promoting access to justice through knowledge about the rights of every citizen. To achieve this purpose, the following steps were taken: bibliographical research on the topic and field research, through day-to-day monitoring of the program and the implementation of projects aimed at achieving the goal of promoting human rights and citizenship in the outskirts of the city of São Paulo as the reference Centre Youth Project-Space Young Consumer, Community Mediation Centers Project and the project of Political Education. With this, it might be concluded that human rights education is a strong and powerful tool in the assertion of rights, however, must be seen as an instrument and not the only one, since the ultimate democratization of access to justice depends on a radical transformation in the legal/judicial system of Brazil.

Key-words: access to Justice – human rights education – Centros de Integração da Cidadania (Centers Of Integration Of Citizenship).

Sumário

Introdução	p. 10
1. Direito Internacional dos Direitos Humanos	p. 14
1.1. Um pouco da história recente dos direitos humanos	p. 14
1.2. Justiça, solidariedade e cidadania e educação em direitos humanos	p. 18
1.3. As declarações e a educação em direitos humanos	p. 22
1.3.1. Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos	p. 22
1.3.2. Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos	p. 24
1.3.3. Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo	p. 28
2. O Programa Centro de Integração da Cidadania	p. 32
2.1. Conceito de políticas públicas	p. 32
2.2. Histórico do Programa Centro de Integração da Cidadania	p. 34
2.3. Educação em direitos humanos e o Programa CIC	p. 48
2.3.1. Projeto Centro de Referência da Juventude: Espaço Jovem Consumidor	p. 51
2.3.2. Projeto Núcleos de Mediação Comunitária	p. 57
a. Conceito de comunidade	p. 57
b. A mediação de conflitos	p. 57
c. A mediação de conflitos nos Centros de Integração da Cidadania	p. 60
2.3.3. Projeto Educação Política	p. 68
Conclusão	p. 76
Anexo 01: Projeto de Atuação Educação em Direitos – CIC e DPE/SP	p. 80
Anexo 02: Protocolo de Intenções para promoção da Mediação	p. 85
Anexo 03: Edital de Credenciamento (modelo)	p. 95
Anexo 04: Programa do curso de mediadores comunitários	p. 105
Bibliografia	p. 111

Introdução

O tema do acesso à justiça foi abordado de forma indireta na Constituição de 1988, que estabeleceu, no artigo V, inciso LXXIII¹, a assistência jurídica integral e gratuita. Importante ter claro que a assistência jurídica não se reduz à assistência judiciária, sendo a primeira mais ampla do que a segunda, possibilitando o estabelecimento de experiências inovadoras que ofereçam criativas formas de acesso à justiça.

Ao refletirmos a respeito da assistência jurídica, primeiro é importante deixar claro a respeito de qual forma de assistência estamos nos referindo. Em nossa perspectiva partimos do princípio empírico e teórico que o outro há de ser reconhecido como um igual, um parceiro no caminho da existência. Nesse sentido “conhecer os seus direitos” é uma primeira etapa de fundamental importância para a constituição do espaço de reconhecimento.

O aparente simples processo de conhecimento dos direitos é algo que se coloca como um desafio constante e cotidiano, que requer um trabalho de elaboração de material e práticas de informação que possibilitem ao cidadão a compreensão dos seus direitos e a melhor forma de atuação para garanti-los. Raciocinando *a contrario sensu*, o não conhecimento de seus direitos ou da forma mais adequada de exigi-los significa para o cidadão a perda da capacidade de reconhecer a si próprio como sujeito em igualdade de condições com seus iguais no âmbito de sua comunidade. É o que nos esclarece Axel Honneth:

Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de autorrespeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos (2009, pp. 216-217).

Portanto, os trabalhos de informação e orientação jurídica têm de ser pensados na sua real complexidade, já que podem funcionar como a efetivação do direito de acesso à Justiça, ou o contrário, a sua denegação. Importante observar que o processo de orientação e informação jurídica deve ser visto como a etapa inicial do acesso à justiça e que deverá

¹ “O Estado prestará aos que comprovarem insuficiência de recursos assistência jurídica integral e gratuita”, Constituição Federal de 1988.

ser complementado por meio de métodos de educação em direitos humanos. A conjugação da educação em direitos humanos com o acesso à justiça forma uma política pública inovadora capaz de criar o ambiente institucional propício à formação do sujeito de direito.

Defendo a ideia que os CICs (Centros de Integração da Cidadania), que têm como missão institucional “promover o exercício da Cidadania, por meio da participação popular e garantir formas alternativas de acesso à Justiça”² e que compõem uma instituição pública pertencente ao Estado de São Paulo, nos propiciarão, por meio de seu estudo, a possibilidade de verificarmos, de forma teórico-empírica, a plausibilidade da hipótese de complementaridade possível entre acesso à justiça e educação em direitos humanos.

Segundo diversos estudos, a principal causa de homicídios no Brasil são os chamados “conflitos intersubjetivos”, ou “conflitos cotidianos”: a briga de trânsito, de bar, entre vizinhos, os conflitos familiares, entre outros, que sem a prática do diálogo acabam utilizando a violência, e muitas vezes de uma violência fatal, como forma para sua resolução.

A conjugação do acesso à justiça e da educação em direitos humanos oferece o espaço institucional adequado para a formação do ser humano como sujeito de direito. Ao ser reconhecido e reconhecer-se como sujeito de direito, o ser humano tem a possibilidade de inserir-se na vida social de forma construtiva e não violenta.

Nesse sentido, a atuação dos CICs está no marco da prevenção da violência. Mais do que isso, o princípio fundamental que dá o norte para o trabalho dos CICs é a não violência. A não violência é uma forma de agir que reconhece a dignidade inerente a todos os seres humanos. Dessa forma, uma pessoa, seja ela qual for, quando entra em uma das unidades dos CICs será tratada como pessoa e receberá por parte dos seus funcionários e colaboradores a atenção para tentar encaminhar seu problema. Se o problema será solucionado isso é alguma coisa que não se pode garantir. Já a forma de recepção que visa o reconhecimento é assegurada pelo exercício constante de práticas não violentas.

As formas alternativas de solução de conflitos acontecendo simultaneamente com as atividades de educação em direitos humanos oferecem o ambiente propício para que a pessoa reconheça-se como sujeito de direito, etapa inicial e imprescindível do acesso à justiça. É a partir do processo de reconhecimento que a pessoa transforma-se em cidadão e é capaz de, de forma pacífica, demandar seus direitos. As políticas públicas de promoção

² Missão estabelecida pelo Planejamento Estratégico Quadrienal de 2007-2010 do Programa CIC.

da cidadania e dos direitos humanos precisam ter claro que a transformação da mera pessoa em sujeito de direito é um construído e não um dado. Assim é necessário criar espaços de educação em direitos humanos conjugados com espaços de acesso à justiça, capazes de propiciar à pessoa uma experiência de descobrir-se cidadão ao ser capaz de realizar uma ação que a oriente em relação a um direito ou que o assegure. É exatamente esse trabalho a missão dos CICs. Para efeito da presente dissertação, serão objeto de estudo três ações do CIC: o Centro de Referência para a Juventude: Espaço Jovem Consumidor; o Projeto Núcleos de Mediação Comunitária; e o Projeto de Iniciação Política.

A criação, manutenção e administração dos CICs é um desafio para a criatividade de todos que nele trabalham a fim de oferecer à sociedade um espaço de reconhecimento propiciador de justiça, promotor de direitos humanos e, por consequência, emanador de uma cotidiana cultura de paz.

As boas práticas, dificuldades e lições aprendidas nos CICs formam um conhecimento que pode ser compartilhado e enriquecido pelas mais diversas experiências da comunidade internacional. Nesse sentido assiste razão a Bryan Garth e Mauro Capelletti ao afirmarem:

O enfoque do acesso à Justiça tem um número imenso de implicações. Poder-se-ia dizer que ele exige nada mais nada menos que o estudo crítico e reforma de todo o aparelho judicial. Obviamente, qualquer projeto comparativo, mesmo que se beneficie do montante de contribuições com que conta o Projeto de Florença, não pode no presente estágio da pesquisa nesse campo fazer muito mais do que oferecer uma vista geral. Apesar disso, algumas ideias e tendências básicas podem ser distinguidas, e a sua discussão permitirá mostrar as realizações e potencial – bem como alguns dos perigos e limitações – desse esforço criativo mundial (CAPPELETTI e GARTH, 1978, p. 75).

Em 2008 foram celebrados os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi um momento de grande reflexão a respeito de como esse documento contribuiu e vem contribuindo para a construção dos ideais de dignidade, igualdade e fraternidade que originaram a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e que também compõem a Declaração de 1948.

O século XXI apresenta outros desafios para a concretização prática dos direitos humanos. Hoje não é mais o flagelo de uma grande guerra mundial, nem a ameaça de um totalitarismo de massacres como o nazismo que colocam em risco o respeito à dignidade da pessoa humana. As maiores vítimas diretas do desrespeito aos direitos humanos são as mais de quatro bilhões de pessoas, homens e mulheres, crianças e adultos, excluídos do

estado de direito, sem noção de seus direitos nem dos mecanismos necessários para acionar sua defesa, em caso de situações de total desrespeito a esses direitos³.

A globalização, fenômeno econômico e social pelo qual o mundo vem passando desde o final do século XX, acirrou as diferenças sociais. O que predomina hoje é a subordinação da humanidade aos interesses capitalistas das grandes potências, não importando se, para atender a esses interesses, os direitos humanos de uma determinada comunidade ou parte dela tenham que ser aviltados e, geralmente, as vítimas desse aviltamento são os grupos já historicamente vulneráveis: crianças, mulheres, gays, lésbicas, bis e transexuais, indígenas, migrantes, afro-descendentes e pessoas com deficiências.

As consequências desse modo de vida refletem-se principalmente no acesso que as populações têm a bens, serviços e justiça. Quanto mais vulneráveis as comunidades, menor é o acesso a todos esses direitos.

Por fim, ainda nesta introdução, cumpre esclarecer que a visão aqui apresentada reflete os questionamentos e as análises por mim realizados enquanto coordenadora estadual do Programa Centro de Integração da Cidadania (CIC), cargo que ocupei de maio de 2008 a janeiro de 2013 e também como pesquisadora durante o período de execução deste trabalho (de março de 2011 a março de 2014).

³ Dados da Comissão sobre o Empoderamento Jurídico das Populações Carentes.

1. Direito Internacional dos Direitos Humanos

1.1 Um pouco da história recente dos direitos humanos

A Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, representou o esforço de vários países para preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e para estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional pudessem ser mantidos, e para promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. Esse documento foi o marco jurídico de criação da ONU (Organização das Nações Unidas), órgão com representatividade internacional, criado na perspectiva de instaurar uma nova ordem mundial, diferente daquela que ocasionou as guerras do início do século XX.

No artigo 55 da Carta é possível observar que o respeito aos direitos humanos ganhou uma importância significativa:

Artigo 55. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

- a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;
- b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e
- c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Em fevereiro de 1946 era criada a Comissão de Direitos Humanos, pelo Conselho Econômico e Social da ONU, que passaria a atuar a partir de 1947, encarregada de elaborar uma Carta Internacional de Direitos Humanos, contendo uma declaração, um tratado e mecanismos de implementação. Dessa Comissão foram criados os seguintes documentos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; o Pacto Internacional de Direitos Humanos Cíveis e Políticos, adotado em 1966, mas que passou a vigorar apenas em 1976; e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado também em 1966, vigorando a partir de 1976. O Brasil ratificou ambos os pactos em 1992.

Finalmente em 10 de dezembro de 1948 era adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por meio da resolução da Assembleia Geral da ONU 217 A (III). Esse documento foi o marco jurídico-político que a comunidade internacional estabeleceu com o objetivo de listar aqueles direitos considerados essenciais para garantir a inviolabilidade da dignidade do ser humano. Seus trinta artigos visam garantir a concretização de dois objetivos complementares: incrustar o respeito à dignidade da pessoa humana na consciência da humanidade e impedir o ressurgimento da ideia de transformar o ser humano em um objeto descartável.

A humanidade vivia o pós-guerra, buscando caminhos para reconstruir nações inteiras e mecanismos de força internacional que coibissem as atrocidades de um mundo assolado pela guerra, pelo desrespeito aos diferentes povos e deteriorado pela experiência totalitária vivida na Europa, na primeira metade do século XX.

Celso Lafer, em *A reconstrução dos direitos humanos*, a respeito dessa ruptura que surge quando a lógica do razoável, que permeia o paradigma da filosofia do direito, não consegue dar conta da não razoabilidade que caracteriza uma experiência totalitária, analisa: “a experiência do totalitarismo é uma proposta de organização da sociedade que escapa ao bom senso de qualquer critério razoável de Justiça, pois se baseia no pressuposto de que os seres humanos são e devem ser encarados como supérfluos” (1991, p. 19)

Ainda a esse respeito, Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo* assemelha nazismo e comunismo como ideologias totalitárias, com a banalização do terror, manipulação das massas e o não-criticismo face à mensagem do poder. Em outra obra, *A condição humana*, enfatiza também a importância da política como ação e como processo dirigido à conquista da liberdade de cada um, pois, privado de seu estatuto político, na medida em que é apenas um ser humano, a pessoa perde suas qualidades substanciais, ou seja, perde a possibilidade de ser tratada pelos outros como semelhante, num mundo compartilhado.

É também Arendt (LAFER, 1991) que defende a ideia de que a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum por meio do processo de asserção dos direitos humanos.

A experiência totalitária desse período revelou ao mundo contemporâneo que destituir alguém de sua cidadania é tendencialmente expulsá-lo do mundo, tornando-o supérfluo e descartável, criando-se assim as condições para o genocídio e a intolerância (como, por exemplo, nos campos de concentração).

O genocídio ocorre, lógica e praticamente, acima das nações e dos Estados; diz respeito ao mundo todo. É, portanto, um crime contra a humanidade que assinala especificidade a ruptura totalitária. Foi essa ruptura que levou a afirmação de um Direito Internacional Penal que procurou, e procura até hoje, tutelar interesses e valores de escopo universal, cuja salvaguarda é fundamental para a sobrevivência não apenas de comunidades nacionais, de grupos étnicos raciais e/ou religiosos, mas da própria comunidade internacional.

Por fim, o pensamento arendtiano demonstra caminhos teóricos a partir de problemas concretos (LAFER, 1991, p. 308): I. a cidadania entendida como o direito a ter direitos, pois sem ela não se constrói a igualdade que requer o acesso ao espaço público; II. a repressão ao genocídio como um crime contra a humanidade, pois o genocídio visa a destruição da pluralidade e da diversidade inerentes à condição humana; III. o alcance do direito de associação, que gera poder e que, na sua forma mais radical de resistência à opressão em situações-limite (impossíveis de serem definidas a priori), resgata, por intermédio da desobediência civil, a obrigação política da destrutividade da violência; e IV. o direito à informação, necessário para a continuidade da esfera pública, e o direito à intimidade, necessário para a preservação do calor da vida humana na esfera privada.

Analisando-se o período do pós-guerra e o advento da Declaração, tem-se que a sua criação é um evento matriz que dá origem a uma nova política de direito, voltada para a proteção do ser humano (LAFER, 1999). Surge, assim, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte dessas violações poderia ser prevenida se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse (PIOVESAN, s.d.).

O Direito Internacional dos Direitos Humanos teve como tarefa a elaboração de um direito positivo que fosse capaz de dar concretude a essa nova direção. Segundo Flavia Piovesan (PIOVESAN, s.d.), tem-se então o fortalecimento da ideia de proteção dos direitos humanos além do domínio reservado do Estado, isto é, sua competência não deve se restringir à jurisdição doméstica exclusiva, porque revela tema de legítimo interesse

internacional. Por sua vez, essa concepção inovadora aponta para duas importantes consequências: a) a revisão da noção tradicional de soberania absoluta do Estado, que passa a sofrer um processo de relativização, na medida em que são admitidas intervenções no plano nacional, em prol da proteção dos direitos humanos, isto é, permitem-se formas de monitoramento e responsabilização internacional, quando os direitos humanos forem violados; e b) a cristalização da ideia de que o indivíduo deve ter direitos protegidos na esfera internacional, na condição de sujeito de direito.

Depois de 1948, o aparato de proteção aos direitos humanos cresceu e tomou corpo com as sucessivas declarações e tratados que se seguiram. No que diz respeito à força jurídica desse aparato há divergências na doutrina: parte considera que é direito consuetudinário e, portanto, direito positivo e vinculante como tal; outra parte considera como norma moral universal, um verdadeiro direito natural de caráter conjetural; e há ainda uma terceira posição que considera como norma não vinculante de caráter pedagógico e não jurídico, tendo em mente que foi adotada como uma resolução da Assembleia Geral da ONU.

No que se refere à posição do Brasil em relação ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos, observa-se que somente a partir do processo de democratização do país, deflagrado em 1985, é que o Estado brasileiro passou a ratificar relevantes tratados internacionais de direitos humanos (PIOVESAN, 2003).

Com o advento da democracia e da Constituição Federal de 1988, importantes instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos foram também incorporados pelo direito brasileiro: a) a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 20 de julho de 1989; b) a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 28 de setembro de 1989; c) a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 24 de setembro de 1990; d) o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, em 24 de janeiro de 1992; e) o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 24 de janeiro de 1992; f) a Convenção Americana de Direitos Humanos, em 25 de setembro de 1992; g) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 27 de novembro de 1995; h) o Protocolo à Convenção Americana referente à Abolição da Pena de Morte, em 13 de agosto de 1996; i) o Protocolo à Convenção Americana referente aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), em 21 de agosto de 1996; j) a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Pessoas

Portadoras de Deficiência, em 15 de agosto de 2001; k) o Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional, em 20 de junho de 2002; l) o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, em 28 de junho de 2002; m) o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, em 27 de janeiro de 2004; n) o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre Venda, Prostituição e Pornografia Infantis, também em 27 de janeiro de 2004; e o) o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, em 11 de janeiro de 2007.

Ocorre, porém, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal desenvolveu-se no sentido de considerar que os tratados, tradicionais ou de direitos humanos, são equivalentes a leis ordinárias. A presente dissertação, seguindo a linha de interpretação adotada por Piovesan, defende posição diversa. Acredita-se, ao revés, que conferir hierarquia constitucional aos tratados de direitos humanos, com a observância do princípio da prevalência da norma mais favorável, é interpretação que se situa em absoluta consonância com a ordem constitucional de 1988, bem como com sua racionalidade e principiologia. Trata-se de interpretação que está em harmonia com os valores prestigiados pelo sistema jurídico de 1988, em especial com o valor da dignidade humana – que é valor fundante do sistema constitucional (PIOVESAN, 2007).

Entretanto, independente da divergência doutrinária, é fato que grande parte da aplicabilidade dos estatutos legais de direitos humanos depende de um mundo mais generoso e aberto, onde cidadãos tenham iguais possibilidades de acesso e que, quando isso não for possível, o Estado se comprometa a criar mecanismos que tornem o acesso possível. Para tanto, um caminho possível para a democratização do acesso é a educação, principalmente a educação em direitos humanos.

1.2 Justiça, solidariedade e cidadania e educação em direitos humanos

A solidariedade no âmbito jurídico é um princípio positivado nas ordens jurídicas nacionais e internacionais e também uma regra. É um princípio que diz respeito à relação dos integrantes de um conjunto entre si, e da relação do todo com cada uma de suas partes. Ele mobiliza os indivíduos e os grupos à ação, estimulando-os ao desenvolvimento das relações sociais de forma benéfica. Assim, a noção de hierarquia natural capaz de conter as divergências sociais é substituída pelo dever de solidariedade em busca da unidade dentro

da pluralidade (FARIAS apud BOITEUX, p. 27). Nesse sentido, os cidadãos são livres e iguais para viverem em sociedade e podem abrir mão do interesse privado em prol do bem comum. Como regra jurídica, a solidariedade implica a comunhão de direitos (solidariedade ativa) ou de obrigações (solidariedade passiva), em que cada uma das partes, isoladamente, está obrigada ou beneficiada, pela totalidade e no mesmo grau, da obrigação ou do crédito. A prestação de um aproveita a todos os outros⁴. Embora tenham sentidos diferentes, os conceitos de solidariedade da Constituição Federal e do Código Civil em sua natureza aproximam-se quando a regra que beneficia um passa a beneficiar os demais.

As disparidades do mundo globalizado levam a um crescente desrespeito às diferenças e então as desigualdades alastram-se e o desrespeito à dignidade humana torna-se banal, aceitável, contribuindo para a escalada de violência e da intolerância nas relações sociais.

Hoje em dia, nesse cenário de um mundo globalizado, regido pelo mercado, é necessário repensar o papel do cidadão, devolvendo-lhe características solidárias que lhe foram sendo tiradas pelo capitalismo, dentro dessa nova realidade. Interessante são as palavras de Celso Furtado: “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser. Esta falta de atenção ao outro, ao próximo, este estranhamento do diferente, é causa de uma despreocupação solene e sem vergonha moral para com o sofrimento da humanidade” (FURTADO, 1999)

O dever de solidariedade faz-se premente na busca de uma sociedade mais livre e igualitária, uma vez que a igualdade e a liberdade são inerentes à condição humana. Ainda nesse sentido, Gianpaolo Smanio (2009, pp. 337-338) afirma: a questão política tem sido costumeiramente debatida como uma tensão entre liberdade e igualdade. Ocorre que, como bem lembra Fábio Konder Comparato: “enquanto a liberdade e a igualdade põem as pessoas umas diante das outras, a solidariedade as reúne, todas no seio de uma mesma comunidade. Na perspectiva da igualdade e da liberdade, cada qual reivindica o que lhe é próprio. No plano da solidariedade, todos são convocados a defender o que lhes é comum. (...)” (COMPARATO, 2006, p. 577).

⁴ Código Civil: artigo 267. Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro. E artigo 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Dessa forma, uma nova dimensão do conceito de cidadania não pode prescindir da ideia de solidariedade para resgatar o seu sentido de participação política, bem como para a garantia da efetivação dos direitos fundamentais. Nesse sentido, o Programa CIC, com seu projeto de educação em direitos humanos, acerca do qual se falará mais para frente neste trabalho, busca caminhos para a promoção dessa cidadania.

A concepção republicana do Estado de Jürgen Habermas, apesar de manter a ideia de status como caracterizador da cidadania, aponta para a necessidade da garantia de um processo inclusivo de formação de opinião e vontade, no qual sujeitos iguais e livres entendem-se a respeito de quais objetivos e normas são de interesse comum de todos. Afirma que ao cidadão republicano é exigido mais do que a orientação por seu próprio interesse (HABERMAS, 1997, pp. 334-335). Boaventura de Souza Santos também mostra as transformações do conceito de cidadania, “no sentido de eliminar os novos mecanismos de exclusão da cidadania, de combinar formas individuais com formas coletivas da cidadania e, finalmente, no sentido de ampliar esse conceito para além do princípio da reciprocidade e da simetria entre direitos e deveres” (2003, p. 276). A solidariedade significa o caminho da participação dos cidadãos nas instituições do Estado e na ocupação dos espaços nas instituições da sociedade civil, formando uma rede de articulação entre Estado e sociedade. A combinação dessas instituições e dessas redes, buscando a incorporação da população à institucionalidade formal, deve contribuir para a formação de uma solidariedade complexa, fazendo a cidadania sair dos limites apenas dos direitos políticos (DOMINGUES, 2016, p. 18).

A dimensão vertical do liberalismo que abrange apenas os direitos políticos do cidadão é ultrapassada. Faz-se necessário o reconhecimento da cidadania na sua dimensão horizontal, de solidariedade. Nesse sentido, o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 diz: “considerando que a liberdade, a justiça e a paz no mundo têm por base o reconhecimento da dignidade intrínseca e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana (...)”. E o preâmbulo da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 declara: “reconhecendo que os direitos essenciais do homem não nascem do fato de ser nacional de determinado Estado, mas sim, tem como fundamento os atributos da pessoa humana”.

A cidadania tem como pressuposto a igualdade entre todos os membros de uma sociedade, inexistindo privilégios. É necessário, por conseguinte, uma ordem política democrática que a garanta. A democracia representativa liberal não consegue efetivar a garantia do exercício da cidadania e dos direitos fundamentais a toda a população. Há

apenas a defesa do interesse geral possuindo o representante eleito a confiança dos representados.

A crítica a esse tipo de democracia surge em duas frentes: alguns autores defendem uma maior participação dos cidadãos nas deliberações do Estado, no que pode ser chamado de Democracia Participativa (Pateman e Macpherson) ou Democracia Deliberativa (Habermas), enquanto outros defendem um maior aprofundamento dos espaços democráticos na sociedade, no que pode ser denominado Democracia Social (Bobbio e Touraine) (SMANIO, p. 335).

Há um grande desafio para implantar esse tipo de democracia e só com ela será possível atingir uma sociedade livre, justa e solidária. Para tanto, faz-se necessária uma participação ativa do cidadão, aquilo que Maria Victoria Benevides conceituou de Cidadania Ativa, aquela que requer a “participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes” (BENEVIDES, 1991, p. 20). Por conseguinte, para a concretização da cidadania nessa perspectiva é fundamental o conhecimento dos direitos, o que exige processos de formação contínua, como políticas de Estado, e não apenas políticas de governo ou de projetos descontínuos. É nesse sentido que a educação em direitos humanos, dentro de um processo de formação cidadã, surge como um dos instrumentos atuais mais importantes entre as formas de combate às violações de direitos humanos, já que educa na tolerância, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos (TAVARES, 2006).

Importante que a formação do cidadão seja entendida como um processo permanente, que deve se desenvolver em todos os espaços educativos: na família, na escola, nas instituições públicas e privadas, nas religiões, nas associações, nos sindicatos, nos partidos políticos etc.; deve ser iniciada nos primeiros anos de vida do ser humano e possibilitar o exercício contínuo da cidadania, da apreensão dos conteúdos acumulados historicamente a respeito dos direitos humanos e dos valores primordiais da defesa da democracia e da justiça social. Estes conhecimentos devem relacionar-se ao dia a dia das pessoas e da realidade social em que elas estão inseridas. A apreensão desses conhecimentos almeja o desenvolvimento de ações na busca da materialização de todos os direitos que assegurem uma vida digna e contribuam à formação de cidadãos e cidadãs comprometidos com a realidade social local e universal (TAVARES e SILVA, 2011).

A cidadania é um princípio geral do direito e todas as políticas públicas devem estar voltadas para esse norte. Isso está assegurado em nossa constituição. A solidariedade

significa o caminho da participação dos cidadãos nas instituições estatais e da sociedade civil.

Mas como participar se a grande maioria da população sequer tem noção de seus direitos? E como diminuir a violência causada pelas grandes diferenças sociais? O presente trabalho tentará dar algumas respostas possíveis a essas questões.

1.3 As declarações e a educação em direitos humanos

1.3.1 Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos

O Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (2005 – em curso) é de autoria da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e visa apresentar a gestores públicos e militantes de direitos humanos subsídios e orientações para a construção de programas educacionais baseados no respeito aos direitos humanos. Seu objetivo é promover o entendimento comum dos princípios e das metodologias básicos da educação em direitos humanos, proporcionar um marco concreto para a ação e reforçar as oportunidades de cooperação e de associação, desde o nível internacional até o nível das comunidades. Destaca ainda, ações-chave a serem realizadas pelos ministérios da educação e pela escola e por outros setores da sociedade civil que trabalham em parceria para integrar a educação em direitos humanos de forma eficaz nos sistemas de ensino primário e secundário.

O Plano de Ação foi aprovado por todos os Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de Julho de 2005. Ele é composto por duas “fases”, assim chamadas, como forma de melhor encadear e articular esforços governamentais e não governamentais ao redor de uma cultura de promoção e defesa dos direitos humanos. A chamada “Primeira Fase” do Programa Mundial (2005-2009) reúne recomendações, referências e metas concretas voltadas ao ensino primário e secundário. A “Segunda Fase” do Programa Mundial (2010-2014), por sua vez, confere prioridade ao ensino superior e à

formação em direitos humanos para professores, servidores públicos, forças de segurança, agentes policiais e militares⁵.

Conforme a Primeira Fase, as disposições em matéria de educação em direitos humanos têm sido incorporadas em muitos instrumentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 26), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (artigo 13), a Convenção sobre os Direitos da Criança (artigo 29), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (artigo 10), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (artigo 7º), a Declaração de Viena e Programa de Ação (Parte I, §§ 33-34 e Parte II, §§ 78-82) e da Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia Discriminação e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 (Declaração, §§ 95-97 e Programa de Ação, §§ 129-139).

Esses instrumentos definem educação em direitos humanos como a educação, formação e informação que visa a construção de uma cultura universal dos direitos humanos por meio da partilha de conhecimentos, dando habilidades e moldando atitudes dirigidas para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e fundamentais, respeito às liberdades, ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade, pela promoção da compreensão e da tolerância, da igualdade entre os sexos e de amizade entre todas as nações, etnias e raças, cultos e línguas. Deve ser um projeto que busque habilitação de todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, democrática e justa, pautada na construção da paz e da justiça social.

A educação integral em direitos humanos não só proporciona o conhecimento a respeito dos direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, como também confere as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida diária.

Ainda seguindo as orientações do Programa Mundial, a educação em direitos humanos deve abranger:

⁵Fonte: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/world_programme_for_human_rights_education_is_launched_in_portuguese/#.UxyW1XIQH_c.

- I. Conhecimento e habilidades: aprender acerca de direitos humanos e mecanismos para sua proteção, bem como a adquirir e trabalhar habilidades para aplicá-las no dia a dia;
- II. Valores, atitudes e comportamentos: as atitudes devem levar à aquisição de valores e reforçar comportamentos que respeitem os direitos humanos; e
- III. Ações: medidas devem ser tomadas para defender e promover os direitos humanos.

1.3.2 Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos

Educação em direitos humanos é

Um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH, 2008, p. 25).

No Brasil, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi aprovado em 2008, após uma grande articulação institucional, incluindo os três poderes da República, especialmente o Poder Executivo (governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal), organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) e com as Secretarias Especiais, além de executar programas e projetos de educação em direitos humanos, são responsáveis pela coordenação e avaliação das ações desenvolvidas por órgãos e entidades públicas e privadas.

De acordo com o PNEDH, nos termos já firmados no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, a educação contribui também para: a) criar uma cultura universal dos direitos humanos; b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre

outras) e a solidariedade entre povos e nações; e c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre.

Atividades de educação em direitos humanos devem transmitir princípios fundamentais de direitos humanos, tais como igualdade e não discriminação, ao afirmar a sua interdependência, indivisibilidade e universalidade. Ao mesmo tempo, as atividades devem ser práticas – em relação aos direitos humanos deve-se considerar a experiência dos alunos na vida real a permitir-lhes construir princípios de direitos humanos encontrados em seu próprio contexto cultural. Por intermédio de tais atividades, os alunos são capacitados para identificar e atender às suas necessidades de direitos humanos e buscar soluções compatíveis com as normas de direitos humanos. Tudo o que é ensinado, incluindo-se a maneira pela qual se é ensinado, deve refletir os valores de direitos humanos, incentivar a participação e promover um ambiente de aprendizagem livre da miséria e do medo.

São objetivos gerais do PNEDH (PNEDH - 2010):

- a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e pela sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
- e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;

- h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
- j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; e
- m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

Evidenciando a importância que vem ocupando no cenário educacional brasileiro, a educação em direitos humanos foi tematizada na Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010, no eixo VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade. O documento final resultante dessa conferência apresenta importantes orientações para seu tratamento nos sistemas de ensino. O Conselho Nacional de Educação também se posicionou a respeito da relação entre educação e direitos humanos por meio de seus atos normativos. Como exemplo podem ser citadas as Diretrizes Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, do Ensino Fundamental de nove anos e para o Ensino Médio.

Nas Diretrizes Gerais para a Educação Básica o direito à educação é concebido como direito inalienável de todos os cidadãos e condição primeira para o exercício pleno dos direitos humanos. Nesse sentido, afirma-se que uma escola de qualidade social deve considerar a diversidade cultural, o respeito aos direitos humanos, individuais e coletivos, na sua tarefa de construir uma cultura de direitos humanos formando cidadãos plenos. O parecer do CNE/CEB nº 7/2010 recomenda que o tema dos direitos humanos deverá ser abordado “ao longo do desenvolvimento de componentes curriculares com os quais guardam intensa ou relativa relação temática, em função de prescrição definida pelos órgãos do sistema educativo ou pela comunidade educacional, respeitadas as características próprias da etapa da Educação Básica que a justifica” (BRASIL, 2010, p. 24).

O Conselho Nacional de Educação apresentou um texto orientador para a elaboração das Diretrizes Nacionais da educação em direitos humanos. Conforme essas diretrizes, o plano se configura como uma política educacional do Estado voltada para cinco áreas: educação básica, educação superior, educação não-formal, mídia e formação de profissionais dos sistemas de segurança e justiça. Em linhas gerais, pode-se dizer que o PNEDH ressalta os valores de tolerância, solidariedade, justiça social, inclusão, pluralidade e sustentabilidade.

Assim, o PNEDH define a educação em direitos humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos acerca de direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã, capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, étnico e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH - 2010).

Antes de iniciar o próximo tópico é importante ressaltar que o PNEDH prevê um projeto de ação incluindo a educação básica, a educação superior e a educação não formal; é nesta última que este estudo baseia-se para tratar daquela que mais se aproxima da experiência de educação em direitos humanos do Programa Centro de Integração da Cidadania. Para tanto, faz-se necessário definir o que vem a ser educação não-formal.

Especificamente no Brasil, a educação não-formal, nos últimos anos, vem se caracterizando por propostas de trabalho voltadas para a camada mais pobre da população, sendo algumas promovidas pelo setor público e outras idealizadas por diferentes segmentos da sociedade civil, muitas vezes em parceria com o setor privado, desde ONGs a grupos religiosos e instituições que mantêm parcerias com empresas. Outro setor que vem sendo explorado pela atuação da educação não-formal é o de divulgação, preocupação e ações relativas a questões que envolvem a ecologia e problemas com o meio ambiente,

conforme cita Maria da Glória Gohn (1997) em seu texto *Educação não-formal no Brasil anos 90*.

Ainda de acordo com Gohn (2009), a educação não-formal é aquela que ocorre fora do sistema formal de ensino, sendo complementar a este. É um processo organizado, no qual os resultados da aprendizagem não são avaliados formalmente e que envolve aquilo que se chama de educação voluntária, não hierárquica e baseada na motivação intrínseca dos formandos que por si mesmos procuram a aprendizagem. Na educação não-formal levam-se em consideração as necessidades pessoais dos formandos e adéquam-se a essas necessidades para responder às suas aspirações. No caso dos adultos, é um tipo de aprendizagem ao longo da vida.

1.3.3 Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo

O Estado de São Paulo não possui um Programa Estadual de Educação em Direitos Humanos específico. A educação em direitos humanos faz-se presente no Programa Estadual de Direitos Humanos (PEDH).

Retomando brevemente o histórico do PEDH, pode-se dizer que a partir de um amplo processo de diálogo e parceria com a sociedade civil, o governo do Estado de São Paulo publicou em 1997 o Programa Estadual de Direitos Humanos⁶ e tornou-se, assim, o primeiro estado da federação a ter um Programa de Direitos Humanos, cumprindo, desse modo, uma das principais recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Para chegar à redação final, foi promovido o 1º Fórum Estadual de Minorias no segundo semestre de 1996, organizado pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e encontros setoriais e seminários regionais, organizados pela Universidade de São Paulo, por meio do Núcleo de Estudos da Violência, sob a coordenação dos professores Paulo Sérgio Pinheiro e Paulo Mesquita Neto, para apresentação e discussão de propostas e sugestões para o PEDH. Foram realizados ainda seminários regionais em Campinas (8/10/1996), Santos (27/02/1997), Sorocaba (10/03/1997), São José dos Campos (17/03/1997), Ribeirão Preto (04/04/1997), São José do Rio Preto (12/04/1997), Bauru (14/04/1997) e Presidente Prudente (14/05/1997).

⁶ O Programa Estadual de Direitos Humanos foi formalizado pelo Decreto Estadual nº 42.209/97.

No total, participaram do 1º Fórum Estadual de Minorias 365 pessoas, incluindo integrantes e representantes de 167 entidades. Participaram dos seminários regionais 775 pessoas, incluindo representantes e integrantes de 294 entidades governamentais e da sociedade civil, originários de todos os grupos sociais e regiões do estado, que fizeram uma avaliação da situação dos direitos humanos no estado, discutiram políticas, programas e experiências concretas de defesa dos direitos humanos e apresentaram propostas para o Programa Estadual de Direitos Humanos.

Todo esse processo completou-se com a realização da 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 16 e 17 de junho de 1997, da qual participaram 309 pessoas, incluindo integrantes e representantes de 142 entidades governamentais e da sociedade civil. Não se tratou de uma conferência deliberativa, mas de crítica e cooperação, em que os dezesseis grupos temáticos e a plenária deram notável contribuição ao programa, apontando propostas de ação governamental prioritárias, identificando entidades responsáveis e recursos disponíveis para sua implementação e monitoramento e sugerindo modificações e adendos às propostas apresentadas na versão preliminar do pré-projeto.

No processo de sua elaboração, o Programa Estadual de Direitos Humanos teve por objetivo identificar e fortalecer parcerias entre Estado e sociedade para a defesa dos direitos humanos em São Paulo, envolvendo o Executivo, Legislativo e Judiciário estadual, Executivos e Legislativos municipais, organizações de direitos humanos, centros de pesquisa, universidades, empresas, sindicatos e associações empresariais e profissionais. Essas parcerias foram fundamentais para o sucesso do programa, como expressão dos ideais democráticos que orientaram sua elaboração e também como condição necessária para a sua credibilidade e execução.

O Programa Estadual de Direitos Humanos tornou-se, pois, um dos instrumentos mais importantes para que o Estado e a sociedade civil pudessem propor e concretizar a interação entre democracia, direitos humanos e desenvolvimento. Importante observar que data desse período a instalação do primeiro posto do CIC⁷.

⁷ O item 109 do PEDH previa a implantação do CIC: “Estimular a solução pacífica de conflitos, criando e fortalecendo, na periferia das grandes cidades, centros de integração da cidadania, com a participação do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradoria de Assistência Judiciária, Polícia Civil, Polícia Militar, Procon, outros órgãos governamentais de atendimento social, de geração de renda, de prevenção de doenças e com ampla participação da sociedade civil”. Fonte: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo.

Conforme citado anteriormente, a educação em direitos humanos fez-se presente no Capítulo 1 – Construção e Promoção dos Direitos Humanos, em seus itens 1, 2, 3 e 4 do PEDH:

1. Introduzir noções de direitos humanos no currículo escolar, no ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, pela abordagem de temas transversais;
2. Promover cursos de capacitação de professores para ministrar disciplinas ou desenvolver programas interdisciplinares na área de direitos humanos, em parceria com entidades governamentais;
3. Desenvolver programas de informação e formação para profissionais do direito, policiais civis e militares, agentes penitenciários e lideranças comunitárias, orientados pela concepção dos direitos humanos segundo a qual o respeito à igualdade supõe também o reconhecimento e valorização das diferenças entre indivíduos e coletividades; e
4. Criar comissão para elaborar e sugerir material didático e metodologia educacional e de comunicação para a implementação dos itens imediatamente anteriores.

Os itens seguintes desse primeiro capítulo abordaram também a educação em direitos humanos, mas de forma indireta:

5. Conceder anualmente prêmios a entidades e pessoas que se destacaram na defesa dos direitos humanos;
6. Apoiar iniciativas de premiação de programas e reportagens que ampliem a compreensão da sociedade sobre a importância do respeito aos direitos humanos;
7. Promover e apoiar a promoção, nos municípios e regiões do estado, de debates, encontros, seminários e fóruns sobre políticas e programas de direitos humanos;
8. Promover campanhas de divulgação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos para operadores do direito, organizações não governamentais, igrejas, movimentos sociais e sindicais;
9. Fomentar ações de divulgação e conscientização da importância da legislação nacional pertinente às políticas de proteção e promoção dos direitos humanos;
10. Desenvolver campanhas estaduais permanentes que ampliem a compreensão da sociedade brasileira sobre o valor da vida humana e a importância do respeito aos direitos humanos;
11. Promover campanha publicitária sobre o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1998;
12. Desenvolver campanha publicitária dirigida à escola sobre o valor da diferença em uma sociedade democrática; e
13. Promover concursos entre as escolas por meio de cartazes, redações e manifestações artísticas sobre o tema da diferença.

Outro ponto importante desse programa foi a previsão de um monitoramento constante por parte de cada órgão do governo e da sociedade civil para a implementação das políticas promotoras de direitos humanos em todo o estado. Era o Estado de São Paulo assumindo o compromisso de consolidar a democracia e o Estado de Direito, buscando superar toda e qualquer situação que violasse a dignidade humana.

Dada essa previsão, realizaram-se, em 2008, uma serie de Conferências Municipais e uma Conferência Estadual de Direitos Humanos com o objetivo de fazer a revisão do programa estabelecido em 1997. A revisão acabou não acontecendo da forma que havia sido prevista e por este motivo realizaram-se ainda vários colóquios temáticos em 2009 e 2010, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com participação de vários órgãos públicos e da sociedade civil, com esse mesmo intuito de revisar o programa.

O material produzido, tanto na Conferencia Estadual como nos colóquios, serviu de subsídio para a revisão que foi feita pela Secretaria da Justiça, com a colaboração de especialistas em políticas públicas da Secretaria de Gestão. O relatório desse trabalho pretende servir em primeiro lugar ao monitoramento e, em segundo, à reformulação do trabalho do gestor de políticas públicas de direitos humanos. Futuramente, deverá servir à avaliação dos militantes de direitos humanos e da sociedade civil em geral. Ele tenta imprimir uma lógica de gestão de projetos e ações ao PEDH, nesse sentido, tenta identificar insumos, atividades, produtos e objetivos e responsáveis, metas e indicadores (quando houver), com uma base cronológica anual⁸.

A despeito de todo o esforço da Secretaria da Justiça em promover a revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos, em seu relatório de 2011 constam apenas as ações relacionadas às ações e aos programas e órgãos da secretaria, sendo ainda um documento bastante incipiente no que diz respeito ao monitoramento e revisão de todas as ações e programas do governo do Estado de São Paulo para a promoção dos direitos humanos. Além disso, no tocante ao tema que importa a este estudo, a educação em direitos humanos, não há informações. Por fim, cabe dizer que mesmo estando presente no Programa Estadual de Direitos Humanos, dados os avanços e conquistas de direitos humanos da última década, o Estado de São Paulo precisa ter seu próprio Programa Estadual de Educação em Direitos Humanos.

⁸ Revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos (PEDH), produto 2: Relatório parcial do Programa Estadual de Direitos Humanos referente a 2011 – SJDC e SG.

2. O Programa Centro de Integração da Cidadania

A presente dissertação tem o objetivo de mostrar como a construção de políticas públicas efetivas de acesso à justiça e educação em direitos pode contribuir para a garantia dos direitos humanos. Cumpre, portanto, antes de apresentar o Programa Centro de Integração da Cidadania, esclarecer e definir o que são políticas públicas.

2.1 Conceito de políticas públicas

As políticas públicas constituem, segundo Maria Paula Dallari Bucci, temática oriunda da Ciência Política e da Ciência da Administração Pública. Seu campo de interesse – as relações entre a política e a ação do poder público – tem sido tratado até hoje, na Ciência do Direito, no âmbito da Teoria do Estado, do Direito Constitucional, do Direito Administrativo ou do Direito Financeiro. E, pelo fato de buscarem a concretização dos direitos humanos, principalmente dos direitos sociais, devem ser compreendidas como categoria jurídica (BUCCI, 1997A). Ainda, Bucci coloca que a percepção dessa evolução evidencia que a fruição dos direitos humanos é uma questão complexa, que vem demandando medidas concretas do Estado que se alarga cada vez mais, de forma a disciplinar o processo social, criando modos de institucionalização das relações sociais que neutralizem a força desagregadora e excludente da economia capitalista e possam promover o desenvolvimento da pessoa humana (BUCCI, 1997B).

Na visão de Comparato (2006, p. 49), políticas públicas aparecem, antes de tudo, como atividade, isto é, um conjunto de normas e atos tendentes à realização de um objetivo determinado. Já Bucci (2006), na busca de um conceito que possa ser operacionalizado na atuação do sistema jurídico-institucional, coloca como políticas públicas os programas de ação governamental voltados à concretização de direitos. E mais, no conceito ampliado, política pública seria o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial para implantação de ações que asseguram direitos:

As políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses. Segundo uma definição estipulativa: toda política pública é um

instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Os elementos das políticas públicas são o fim da ação governamental, as metas nas quais se desdobra esse fim, os meios alocados para a realização das metas e, finalmente, os processos de sua realização.

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Ainda, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, as políticas são implementadas, ficando, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. Muitas vezes, a política pública também requer a aprovação de nova legislação (SOUZA, 2006).

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (EVANS, RUESCHMEYER e SKOCPOL, 1985).

Das diversas definições e modelos a respeito de políticas públicas, pode-se extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada por intermédio dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras, embora deva seguir formalidades, conforme já descrito acima;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; e
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo, que busca implementar mudanças.

Hoje em dia, a elaboração e a realização de políticas públicas traduzem-se em uma forma efetiva de garantia de direitos. Muitas práticas inovadoras, nos vários níveis de governo (federal, estadual e municipal), vêm buscando e encontrando soluções adequadas aos problemas de suas comunidades. Nesse exercício, pode-se vislumbrar o resgate de relações solidárias entre o Estado e os cidadãos e entre os próprios cidadãos.

Políticas públicas sustentáveis devem introduzir mudanças significativas em relação a práticas anteriores, devem ter impacto positivo na qualidade de vida das comunidades, podem ser repetidas ou transferidas para outras regiões ou administrações, devem ampliar ou consolidar o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e utilizar recursos e oportunidades de forma responsável, visando auto-sustentabilidade. E mais, devem principalmente garantir meios para sua continuidade, para que sobrevivam além e apesar (principalmente) dos governos, tornando-se assim, políticas de Estado. Daí a importância do registro e do estudo crítico de projetos e programas como o Centro de Integração da Cidadania, cujo potencial, infelizmente, ainda não foi suficientemente explorado pelas administrações paulistas dos últimos dezoito anos.

2.2 Histórico do Programa Centro de Integração da Cidadania

O Centro de Integração da Cidadania (CIC), ou Centros Integrados de Cidadania, nome pelo qual também ficou conhecido, é um programa instituído pelo governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, em 1996.

O projeto fora idealizado, anos antes, em 1990, por um grupo de operadores da justiça preocupados com a melhoria e a democratização do sistema de justiça. Vale lembrar que o Brasil acabara de passar pela transição democrática e sua recém promulgada Constituição Federal garantia novos direitos de cidadania e a redefinição do papel das instituições (HADDAD, SINHORETO, ALMEIDA e PAULO, 2006).

Seus idealizadores pretendiam não apenas a descentralização dos serviços de segurança e justiça, mas também uma mudança na qualidade da relação entre cidadão e Estado, prevendo a participação da comunidade e a mudança da mentalidade dos operadores do direito. O objetivo maior do projeto era oferecer acessibilidade, celeridade e o aprendizado do exercício da cidadania e formas alternativas de acesso à justiça bem mais próximas à realidade da população atendida. A promoção dos direitos humanos tomava o lugar das então conhecidas práticas repressivas do aparato policial. “Daí ter-se o CIC como

um espaço de participação popular, solução alternativa de conflitos, acesso a instituições públicas de justiça e prevenção da violência – tanto aquela originada dos conflitos interpessoais, quanto aquela praticada pelos agentes públicos, que passariam a se submeter ao controle mútuo e da comunidade” (HADDAD, SINHORETO, ALMEIDA e PAULO, 2006).

Após sua idealização, o CIC começou a se concretizar como programa de governo na campanha de Mario Covas ao governo do estado, também em 1990. Naquela época, seus idealizadores (alguns desembargadores, juízes, advogados e promotores) aceitaram o convite de uma líder comunitária da Cidade Kamel, a Sra. Lurdinha, para conversar com a comunidade local e colher as percepções que a população daquela área de alta vulnerabilidade social tinha a respeito da justiça, do Estado (de sua ausência, mais especificamente!) e da segurança pública.

A grande conclusão a que esse grupo chegou, e dentre eles estavam grandes juristas como José Afonso da Silva, Alberto da Silva Franco, Ranulfo de Melo Freire, Ercílio Cruz Sampaio, Antônio Cezar Peluso, que foi presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre tantos outros, foi de que o acesso à justiça para a população da periferia era um ideal distante, algo desconhecido; e mais, os direitos preconizados na então recém-promulgada Constituição Cidadã de 1988 eram meras palavras, completamente incompreensíveis pela população vulnerável.

Além desse diagnóstico, havia também a percepção de que nos locais de maior vulnerabilidade social, a ausência do Estado era substituída por instâncias ilegais das facções criminosas e da violência. Era preciso pensar num modelo de atuação do Estado que fosse integrado, com a presença de vários órgãos públicos representados, principalmente o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Em 1994, com a vitória de Mário Covas, o projeto voltou a ter espaço no cenário político e na agenda do governo. O então secretário da Justiça era Belisário dos Santos Júnior, que abraçou o projeto e assumiu a implantação dos espaços públicos que garantiam a presença do Poder Executivo, por meio de suas secretarias, e do Poder Judiciário, com um juiz e todo o aparato de um juizado especial. Nessa mesma ocasião, foram incorporados ao projeto o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt, responsável pela emissão da Cédula de Identidade, os postos de atendimento da Companhia do

Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) e o PROCON⁹. E, em 1996 era implantado o primeiro posto do CIC, na região do Itaim Paulista, Zona Leste da capital paulista. Na sequência, mais dois postos foram instalados: um na Zona Oeste, no Jardim Panamericano/Parada de Taipas, em 1998, e outro na Zona Sul, no Jardim São Luís, o CIC Sul, em 2000.

Em 2001, com o alinhamento político nas esferas estadual e federal e a ascensão de um Ministro da Justiça simpatizante da proposta, o CIC passou a integrar as ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no âmbito de prevenção da violência, previstas pelo Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e um convênio entre estado e governo federal foi assinado, com repasse de recursos para construir e equipar novos postos. E, ainda nesse mesmo ano foi instituído como programa pelo Decreto Estadual n.º 46.000/2001, com publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em agosto de 2001, marco legislativo importante que garante sua existência até os dias de hoje. Esse decreto criou e organizou a Coordenadoria de Integração da Cidadania (CIC), com sede na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Ocorre, porém, que o fundo financiador do PNSP em Brasília era administrado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, cujos cargos, até 2002, eram privativos de oficiais das Forças Armadas, o que representou uma mudança de foco do projeto: de um projeto de reforma das instituições de justiça, os CIC passaram a ser vistos como estrutura de apoio às ações de repressão à criminalidade e de intervenção do Estado em áreas vulneráveis ao domínio do crime organizado (HADDAD, SINHORETO, ALMEIDA e PAULO, 2006).

Já em 2003¹⁰, mais uma alteração. O CIC passa a ser gerenciado pelo Ministério da Justiça, tendo sido eleito como um dos programas prioritários da reforma do Judiciário. Nessa ocasião aconteceu em São Paulo um debate com o objetivo de definir diretrizes políticas e metodológicas para a difusão e a fiscalização do programa em âmbito nacional. Ao IBCCrim, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, coube a coordenação dos trabalhos que reuniram gestores, operadores jurídicos, militantes da sociedade civil e pesquisadores. Como resultado, foi criado um documento que propunha diretrizes organizadas em três eixos fundamentais: princípios gerais, serviços e integração. No que

⁹ Fonte: trecho do texto por mim elaborado, a partir de folhetos e periódicos informativos e entrevistas por ocasião da inscrição do Projeto Sabadania, integrante do Programa CIC, na 7ª Edição do Prêmio Governador Mario Covas, em 2010.

¹⁰ Em 2003 foram inaugurados mais dois postos: CIC Ferraz de Vasconcelos e CIC Francisco Morato, os primeiros postos em outros municípios.

concerne aos princípios gerais foi proposta a “organização de uma política de resolução de conflitos que se diferencie da intervenção tradicional da justiça” e a “organização de uma política de acesso a serviços pautada na participação popular, diferenciando-se de práticas assistencialistas e paternalistas”.

Foi nessa oportunidade que se fez a proposta para que vários serviços considerados imprescindíveis estivessem à disposição da população nos postos do CIC. Dentre eles, o Poder Judiciário, que atuaria com competência ampliada para atender aos interesses da população local, excetuando-se a atuação punitiva (houve uma tentativa de se colocar um juizado criminal nos postos do CIC, mas graças ao bom senso dos gestores essa ideia nunca chegou a se concretizar¹¹). Ao Ministério Público caberia a defesa de interesses difusos e coletivos e a fiscalização do emprego das verbas destinadas ao programa, não exercendo qualquer atribuição criminal. Estabeleceu-se também que a polícia atuaria de forma preventiva, não repressiva, ficando vedadas as investigações criminais formais e o uso de equipamentos de segurança, como celas e armas; propôs-se, em contrapartida, uma atuação policial voltada à orientação e conciliação de conflitos, além da expedição de documentos. Iniciou-se nesse momento a parceria com o policiamento comunitário, que nessa ocasião ainda representava algo novo para a corporação policial e para a sociedade. Ainda houve a previsão de implantação de conselhos de gestão, que seriam implementados posteriormente, por meio de portaria do Secretário da Justiça. São eles: os CLICs (Conselhos Locais de Integração da Cidadania), na medida de um CLIC por posto do CIC, do qual fazem parte servidores públicos dos órgãos que atuam em cada posto, membros da comunidade e representantes de instituições da sociedade civil local; e o CEIC (Conselho Estadual de Integração da Cidadania), com a participação de representantes de cada órgão prestador de serviço nos postos públicos e da sociedade civil, além de membros da comunidade. O CEIC deve ter como seu presidente o Secretário da Justiça. E, por fim, pensou-se na criação de uma ouvidoria com independência funcional e financeira¹².

Dando seguimento à cronologia do CIC, por ocasião do 1º Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal – Programas de Prevenção, e, com o objetivo de avaliar a condução da política de implantação dos Centros Integrados

¹¹ Cabe dizer aqui que a presença de um JECrim estaria em total desconformidade com os preceitos de promoção de cidadania e direitos humanos norteadores do projeto.

¹² A ouvidoria exclusiva do CIC nunca chegou a existir, pelo menos até dezembro de 2012, embora a equipe gestora tivesse apresentado o projeto ao chefe da pasta algumas vezes. Resolveu-se que a Ouvidoria da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania encaminharia as demandas relacionadas ao programa aos gestores, estes responderiam ao ouvidor ou diretamente ao usuário, com cópia para a Ouvidoria da Secretaria. Inúmeras vezes, como coordenadora, encarreguei-me dessas respostas.

de Cidadania em Estados e Municípios, verificando sua adequação às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Justiça, por meio das políticas federais, o IBCCrim realizou uma pesquisa de campo entre 2003 e 2005. O resultado dessa pesquisa foi publicado como *Relatório Final: Centros Integrados de Cidadania. Desenho e Implantação da Política Pública (2003 e 2005)*, sob a autoria de Eneida Haddad, Jacqueline Sinhoreto e Liana de Paula, entre outros. A pesquisa forneceu também subsídios para a tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da USP, de Jacqueline Sinhoreto, *Ir aonde o povo está: etnografia de uma Reforma da Justiça*, em 2007, posteriormente publicada em livro sob o título *A Justiça perto do povo. Reforma e gestão de conflitos* em 2011¹³.

A avaliação da pesquisa recorreu a uma metodologia comparativa dos três programas eleitos que contaram com o apoio federal a partir de 2001, implantados no estado do Acre, no município de Vitória e no estado de São Paulo. A pesquisa, e também o relatório final, organizaram-se em três módulos: Módulo 1 – Desenho das políticas de implantação dos Centros Integrados de Cidadania; Módulo 2 – Participação da sociedade civil na gestão dos Centros de Integração de Cidadania; Módulo 3 – Prestação de serviços de justiça nos Centros de Integração de Cidadania de São Paulo. Para este trabalho, não vem ao caso relatar o passo a passo da pesquisa, e sim analisar suas conclusões relativas ao Programa CIC de São Paulo, principalmente no que tange ao Projeto Núcleos de Mediação de Conflitos¹⁴.

Depreende-se, no entanto, da pesquisa, que o objetivo inicial de promover acesso à justiça na periferia pelo Programa CIC foi apenas parcialmente atingido.

Seria essa a função original do CIC: a de melhorar todo o sistema de justiça, com seus conteúdos transformadores. Contudo, em vez de colonizar as instituições com seu discurso reformador, o CIC foi colonizado pelas práticas tradicionais do sistema de justiça e do serviço público (SINHORETO, 2011).

Posteriormente, mais quatro postos foram inaugurados: em 2004, CIC Casa da Cidadania no Parque Estadual Fontes do Ipiranga, na capital; em 2006 mais um posto na capital, na região do Capão Redonda, Zona Sul – CIC Feição da Vila; e mais dois em outros municípios, o CIC Guarulhos e o CIC Campinas.

¹³ Para saber mais acerca da pesquisa, consultar: HADDAD; SINHORETO; ALMEIDA; PAULO (2003-2005) e SINHORETO (2011).

¹⁴ Para saber mais a respeito da pesquisa, consultar: HADDAD; SINHORETO; ALMEIDA; PAULO (2003-2005) e SINHORETO (2011).

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que as transformações ocorreram a passos lentos durante os primeiros dez anos do programa, entre outros fatores, pela dificuldade dos operadores do direito, salvo raras exceções (juízes, promotores e delegados), em entender a lógica da periferia, onde a falta de conhecimento jurídico e a dificuldade de compreensão da linguagem jurídica, apenas para começar, geram uma interlocução truncada, carregada de preconceitos e hierarquizante por parte do operador, mesmo que este estivesse agindo imbuído de um espírito “de fazer a justiça chegar ao acesso de todos”. Daí a defesa da ideia de que, antes do acesso à justiça, faz-se necessário o acesso ao conhecimento a respeito dos direitos¹⁵. Acrescente-se a essa constatação a dificuldade, principalmente operacional, da Secretaria da Justiça de manter o programa, mas essa questão será mais bem abordada nas conclusões deste estudo.

A partir de 2007, com a mudança de governo e consequentemente da equipe gestora do programa, foi possível observar algumas importantes transformações. Uma delas, e talvez a principal, foi assinatura do convênio entre a Secretaria da Justiça e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP)¹⁶, que garantiu a presença de defensores públicos em alguns postos, em um primeiro momento e depois em todos os postos do CIC a partir de 2008. A presença permanente da Defensoria Pública, tanto na defesa jurídica de interesses individuais, quanto na assessoria aos movimentos populares e nas questões coletivas, gerou uma alteração quantitativa e qualitativa no atendimento à população, possibilitando, finalmente seu acesso à justiça. Além de seu papel na assessoria judiciária, a defensoria desempenha um forte ativismo no CIC na chamada assessoria jurídica, que vai muito além da representação do assistido em uma audiência; está em suas atribuições institucionais promover a educação em direitos humanos¹⁷. Nesse sentido, ambas as instituições, CIC e DPE/SP, complementam-se no esforço de democratizar o conhecimento a respeito dos direitos fundamentais e das formas para acessá-lo, buscando a promoção, de fato, de um acesso universal à justiça. Apenas para exemplificar as inúmeras ações de educação em direitos que foram realizadas em parceria, ver anexo 01, “Projeto de

¹⁵ Para mais informações referentes à pesquisa, consultar: HADDAD; SINHORETO; ALMEIDA; PAULO (2003-2005) e SINHORETO (2011).

¹⁶ A Lei Complementar n. 988/2006 organizou a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e instituiu o regime jurídico do defensor público no Estado de São Paulo em 2006; em 2007 a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania assinou convênio com a defensoria. Esse convênio garantiu inicialmente a presença de defensores em alguns postos do CIC e, posteriormente, em todos os postos.

¹⁷ Lei Complementar n. 80/94, alterada pela Lei Complementar n. 132/2009, art. 4º. São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

Atuação Educação em Direitos Humanos – Defensoria Pública e Centro de Integração da Cidadania”.

Hoje, decorridos dezoito anos da instalação do primeiro posto, na região do Itaim Paulista, extremo leste da Capital, o CIC conta com mais cinco postos no município de São Paulo, três na região metropolitana (Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos e Francisco Morato) e dois no interior, no bairro Vida Nova, localizado na região periférica de Campinas, e em Jundiaí (inaugurado em dezembro de 2012), no bairro Cecap. Até o período de pesquisa para esta dissertação, havia, ainda, a previsão de expansão do programa com a construção de mais dois postos na Zona Sul da capital, um no Grajaú e outro em Parelheiros.

Conforme dito na introdução deste trabalho, os CICs têm como princípio fundamental o reconhecimento da pessoa. O agir com não violência leva ao reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos, e nesse sentido uma pessoa, seja ela quem for, ao entrar em uma das unidades dos CICs será tratada com respeito e dignidade, recebendo dos funcionários a atenção para tentar encaminhar seu problema. Essa forma de recepção que visa o reconhecimento é assegurada pelo exercício constante de práticas não violentas; um dos pontos importantes é a formação constante de servidores do CIC¹⁸.

Para cumprir sua missão, o CIC definiu, em 2007, quatro objetivos estratégicos para garantir sua especificidade enquanto política pública, quais sejam¹⁹:

¹⁸Apenas para ilustrar, por ocasião da gestão do coordenador Eduardo Caldas (2007-2008, o secretário era Luiz Antônio Guimarães Marrey) de quem fui assistente antes de assumir a coordenação do programa, acompanhando-o em uma série de visitas aos postos do CIC, percebemos que em vários balcões de atendimento estava presente um aviso (em letras maiúsculas, para que todos pudessem ver) com a citação do artigo 331 do Código Penal, que diz respeito ao desacato de funcionário público. Naquele dia, o coordenador pediu que fossem retirados todos os cartazes, e que a partir daquele dia não seria mais permitido aquele procedimento. Posteriormente, em reunião de equipe, e em cursos de formação para os diretores dos postos, responsáveis pela interlocução com os outros funcionários, muito se abordou essa questão, pois um programa que se diz promotor de cidadania e direitos humanos não pode se relacionar com o cidadão já imaginando que virá por parte dele algum tipo de desrespeito. Buscou-se com isso estabelecer uma lógica de trabalho baseada no reconhecimento do ser humano, na mediação de conflitos e na prática de atividades não violentas. Também se buscou abordar o sentido do termo “servidor público”, aquele que deve estar a serviço da população e não o contrário. Depois de tudo, ainda se fez necessária uma fiscalização nos postos para que aquela prática não fosse repetida. Mais tarde, já como coordenadora, ainda precisei abordar o assunto muitas outras vezes, pois mudar uma cultura de trabalho exige persistência (embora o CIC seja um programa nascido sob a égide da democracia, os funcionários dos outros órgãos que ali trabalham estavam acostumados a uma prática autoritária baseada na ideia de que o cidadão é devedor e que o funcionário está ali para lhe prestar um favor. A lógica do cidadão como credor de direitos ainda está em processo de construção).

¹⁹ Fonte: Planejamento Quadrienal 2008-2011 do Centro de Integração da Cidadania da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo.

- Promover o acesso à Justiça, por meio da prevenção e solução de conflitos, com o projeto de mediação comunitária e promoção da cultura de paz, garantia de atendimento jurídico e ação de enfrentamento e prevenção à violência e a toda e qualquer forma de discriminação;
- Prestar serviços públicos de qualidade e garantir informações para o público acessar serviços não disponíveis no CIC, por meio da emissão de documentos a todos os cidadãos residentes nas regiões dos postos fixos do CIC, do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) que oferece o balcão de empregos (projeto voltado para intermediação de mão de obra e capacitação para o trabalho) e da ampliação da área de prestação de serviços com projetos itinerantes específicos, tais como Jornadas da Cidadania e Mini-Jornadas (mutirões de prestação de serviços);
- Articular e fortalecer as ações comunitárias, por meio da implantação dos Conselhos Locais de Integração da Cidadania (CLIC), do fortalecimento das ações de mediação de conflitos coletivos e o estímulo à participação solidária da comunidade para a promoção de ações de desenvolvimento local; e
- Promover e disseminar a educação para a cidadania e para os direitos humanos e o Programa Estadual de Direitos Humanos e a Cultura da Paz, por meio de seminários, debates e bate-papos a respeito de temas como prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, acolhida para refugiados, gestão pacífica de conflitos, direitos sociais contemplados pela Constituição Federal do Brasil, iniciação política (histórico político do Brasil República e sistema eleitoral brasileiro), Agentes da Cidadania (tradução “em miúdos” da Constituição Federal), Agentes Bem Querer Mulher (temática da Violência contra a mulher), concursos de direitos humanos em escola da rede pública, dentre outros. Ou ainda por meio de ações concentradas chamadas educação para a cidadania, também em parceria com as escolas públicas de entorno dos postos fixos.

Importante salientar que os postos do CIC foram pensados para, além de atender o cidadão, proporcionar a ele um espaço adequado ao exercício da cidadania e dos direitos humanos e para a prática do diálogo entre as pessoas, com e entre as instituições, públicas e privadas. Diante desse desafio, as dificuldades enfrentadas no cotidiano na gestão do programa são imensas; a falta de recursos materiais e humanos é diária e muitas vezes não é possível implementarem-se as alterações necessárias para cumprimento de sua missão. Como forma de tentar minimizar os problemas e proporcionar ao programa a oportunidade de se reinventar, a coordenação, juntamente com a equipe, foi buscar reforços em outras secretarias de estados. O resultado foi um convênio assinado entre secretarias para a elaboração de um novo Planejamento Estratégico para o CIC.

Com o objetivo de se adequar às novas demandas e conseguir cumprir sua missão de promover acesso à justiça (entendida de forma ampla e irrestrita), a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania buscou uma parceria com a Secretaria de Gestão Pública, por meio de um convênio para elaborar o novo Planejamento Estratégico, referente a 2013-2016, do Programa CIC. O processo teve início em março de 2012, e teve como foco melhorar a

gestão do programa, sendo o Planejamento Estratégico uma ferramenta fundamental nesse processo.

Dada a importância da participação de quem executa as políticas na sua formulação, o Planejamento Estratégico 2013-2016 foi realizado conjuntamente, unindo as equipes de Especialistas em Políticas Públicas da Secretaria de Gestão e a equipe do CIC, envolvendo os diretores de todos os postos e a coordenação do programa, cabendo aos Especialistas em Políticas Públicas a mediação e a organização das atividades. Esse Planejamento Estratégico definiu as diretrizes a serem seguidas pelo programa para os quatro anos seguintes, contados a partir de 2013.

Os desdobramentos das ações previstas e os responsáveis por cada uma delas foram definidos em outro documento, o Planejamento Tático, elaborado com a mesma metodologia. Ficou mantida a missão do programa, estabelecida no Planejamento Estratégico anterior: promover o exercício da cidadania por meio da participação popular, e garantir formas alternativas de acesso à justiça. E estabeleceu-se a seguinte visão: promover os direitos humanos e fortalecer a cidadania, oferecendo suporte referencial à população, às ações estratégicas e aos programas do governo do estado de São Paulo.

Conforme esse novo instrumento de gestão, o Programa CIC conta com sete eixos temáticos. Cada eixo é composto por objetivos que aparecem numerados e são desdobrados em um conjunto de ações. São eles:

- A. Promoção dos Direitos Humanos e Exercício da Cidadania;
- B. Monitoramento e avaliação do Programa;
- C. Regularização Jurídica;
- D. Gestão do Programa;
- E. Fortalecimento de Parcerias;
- F. Aprimoramento Estrutural; e
- G. Visibilidade do Programa.

A. Promoção dos Direitos Humanos e Exercício da Cidadania:

1. Ampliar a promoção do acesso à justiça:

- Atuar na prevenção e solução de conflitos;
- Garantir orientação jurídica à comunidade;
- Buscar meios para garantir o acesso individual e coletivo ao Judiciário;

- Agir na prevenção e no enfrentamento da violência; e
- Promover uma cultura de respeito e tolerância às diferenças.

2. Assegurar serviços públicos de qualidade:

- Buscar meios para melhoria da emissão de documentos;
- Ampliar a prestação de serviços no CIC; e
- Assegurar informações relativas a outros serviços públicos não disponíveis no CIC.

3. Promover a participação popular e articulação comunitária:

- Estimular a participação solidária da comunidade para promover ações para o desenvolvimento local; e
- Articular ações com a comunidade (jornadas, mini jornadas, sabadarias, casamentos comunitários, projetos de educação em direitos).

B. Monitoramento e Avaliação do Programa:

1. Criar sistema de avaliação eficaz:

- Desenvolver e aprimorar instrumentos de avaliação (relatórios quantitativo e qualitativo, pesquisa de satisfação);
- Promover encontros de trabalho entre equipe técnica e parceiros para definir conceitos e objetivos da avaliação; e
- Elaborar plano de capacitação permanente sobre avaliação para equipe técnica e parceiros.

2. Criar instrumentos de monitoramento eficazes:

- Elaborar plano permanente de capacitação sobre monitoramento para equipe técnica e parceiros;
- Criar parâmetros de monitoramento a partir de metas (SIMPA e do programa) pactuadas conjuntamente com os parceiros;
- Aprimorar os instrumentos existentes para coleta de dados na recepção; e
- Criar indicadores de monitoramento das ações do programa.

C. Regularização Jurídica:

1. Revisar decretos e resoluções sobre o CIC:

- Promover encontros para discussão entre equipe técnica sobre decretos e resoluções; e
- Elaborar plano de capacitação para os diretores sobre a legislação do CIC.

2. Promover regularização dos documentos (Habite-se, AVCB, ART) para o funcionamento dos postos:

- Criar um mecanismo de acompanhamento dos problemas estruturais que possam dificultar a documentação de funcionamento; e
- Elaborar plano de visitas técnicas aos postos para acompanhar adequações às mudanças legais.

3. Formalizar as parcerias antigas:

- Fazer um levantamento das parcerias não formalizadas; e
- Promover a regularização das parcerias.

D. Gestão do Programa:

1. Tornar o fluxo de trabalho do CIC eficaz e passível de acompanhamento:

- Mapear e redesenhar os fluxos de trabalho do CIC (internos e de serviços prestados);
- Elaborar plano de capacitação para equipe sobre gestão documental;
- Elaborar plano de capacitação para equipe do CIC sobre gestão de processos (fluxos de trabalho);
- Promover reuniões inter-setoriais da SJDC; e
- Elaborar Planejamento Operacional anual.

2. Padronizar procedimentos e conceitos:

- Elaborar plano de capacitação para equipe sobre padronização de procedimentos;
- Elaborar um modelo de reunião eficiente que contemple as necessidades do programa (troca de experiências, atualização de procedimentos etc.);
- Criar manual de funcionamento dos postos (regimento interno, fluxo de trabalho etc.); e
- Elaborar uma versão resumida do manual de funcionamento para entrega aos funcionários novos / parceiros, prevendo anexos atualizados anualmente.

3. Promover uma cultura de transparência e incentivar o acesso à informação:

- Divulgar Lei de Acesso à Informação;
- Criar espaços de divulgação da legislação do CIC e afins;
- Elaborar plano de capacitação sobre mecanismos de transparência entre os funcionários dos parceiros;
- Buscar parceria com a CGA para elaboração do plano de transparência do CIC; e
- Definir as informações que serão publicizadas e os meios para divulgação.

E. Fortalecimento de Parcerias:

1. Promover valorização dos parceiros e aprimorar comunicação interna:

- Revisar os termos de parceria para detalhar as responsabilidades e atribuições do órgão parceiro;
- Criar mecanismos de acompanhamento e compilação dos problemas com parceiros;
- Descrever perfil desejado no manual de recepção de novos funcionários;

- Promover encontros regulares entre todos os funcionários dos postos e parceiros, reforçando perfil, comprometimento e necessidade de capacitação; e
- Promover capacitações regulares para os parceiros sobre temas de direitos humanos e cidadania.

F. Aprimoramento Estrutural:

1. Buscar meios para implantação de melhorias físicas e organizacionais dos postos:

- Realizar reuniões periódicas com Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas;
- Buscar parcerias para elaboração de plano de expansão do programa (construção, implantação e gestão de novos postos);
- Buscar parcerias para elaboração de projeto de modernização e adequação dos postos;
- Elaborar instrumento para acompanhamento dos problemas estruturais dos postos cuja solução depende de outros setores da SJDC; e
- Buscar parcerias com outros órgãos para manutenção e serviços de engenharia.

G. Visibilidade do Programa:

1. Fortalecer CEIC (Conselho Estadual de Integração da Cidadania) e CLIC (Conselho Local de Integração da Cidadania):

- Elaborar minuta de revisão das resoluções do CEIC e CLIC;
- Procurar boas práticas e adaptar modelos de reuniões e atas para o CLIC;
- Promover encontros periódicos entre os membros do CLIC e a coordenação do programa;
- Publicar nome dos membros do CLIC no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e
- Retomar as reuniões do CEIC.

2. Divulgar ações e boas práticas do programa:

- Publicar em veículos internos e externos, de forma regular, materiais com ações, boas práticas, casos interessantes;
- Fomentar a criação de instrumentos para divulgação das ações do programa;
- Elaborar um plano de comunicação para divulgação externa;
- Criar um espaço nas reuniões do CEIC para troca de experiências e informações entre diversos órgãos; e
- Desenvolver estratégias para aprimorar o uso dos instrumentos de divulgação já existentes.

3. Fortalecer a identidade visual do programa:

- Buscar parcerias para desenvolver um projeto de identidade visual interna e externa e fortalecimento da marca CIC; e
- Desenvolver projeto de identidade visual interna.

O novo Planejamento Estratégico do CIC apresentado neste trabalho, de forma sucinta, representa um trabalho realizado ao longo de 2012 no esforço de olhar criticamente para o programa, revisitá-lo e estabelecer as mudanças necessárias para torná-lo de fato um programa promotor de acesso à justiça e direitos humanos em áreas de alta vulnerabilidade social.

Para terminar essa explanação sobre o programa, segue abaixo um quadro²⁰ com os números de atendimentos do CIC desde sua implantação em 1996 até 2011. O detalhe em cores mostra o ano em que novos postos foram inaugurados.

²⁰ Fonte: apresentações oficiais, feitas em Power Point, do Programa CIC.

Número de atendimentos nos postos do CIC 1996-2011

2.3 Educação em direitos humanos e o Programa CIC

Segundo as diretrizes para a educação em direitos humanos, tanto internacionais como nacionais, já abordadas no capítulo 2, item 2.3 deste estudo, fica claro que a educação em direitos humanos não se encerra com a sua inclusão nos currículos dos cursos de ensino fundamental e médio. Ela não se baseia apenas na transmissão do conhecimento a respeito das declarações internacionais e das leis nacionais. Ela significa uma mudança de paradigma, em que ações e exemplos cotidianos de respeito à dignidade de todos e de cada um fazem a diferença para construção de um mundo melhor.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a educação não-formal em direitos humanos é aquela que acontece fora dos espaços formais de educação e orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como:

- a) qualificação para o trabalho;
- b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade;

- c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais;
- d) educação realizada nos meios de comunicação social;
- e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e
- f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano.

Conforme o Decreto n. 46.000 de agosto de 2001, que cria e organiza a Coordenadoria de Integração da Cidadania (CIC), da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, e dá providências correlatas, seu artigo 6º, II, preconiza justamente uma forma de atender ao que foi estabelecido nos Planos Mundial e Nacional de Educação em Direitos Humanos (negritos meus):

Artigo 6º. Serão oferecidos aos cidadãos os seguintes serviços prestados de forma coordenada e integrada pelos próprios órgãos encarregados de cada atividade, diretamente ou por convênio:

I - de assistência judiciária;

II - de educação em direitos humanos e defesa da cidadania;

III - de assistência e desenvolvimento social;

IV - de empregabilidade e geração de renda;

V - de segurança pública;

VI - de habitação;

VII - de saúde;

VIII - de cultura;

IX - de desenvolvimento econômico.

O Programa Centro de Integração da Cidadania possui muitos projetos de educação em direitos humanos e cidadania. Apenas para ilustrar, seguem alguns números expressivos de ações do CIC nessa área²¹:

²¹ Cf.: www.fazenda.sp.gov.br/balanco/. Relatório do Secretário da Fazenda contendo um consolidado das ações do Governo do Estado de São Paulo.

	2008	2009	2010	2011	2012
Projeto Educação para Cidadania	Chamava-se “Cidadania para Todos” e tinha oferta de serviços e palestras - 47.754 atendimentos.	Chamava-se “Cidadania para Todos” e tinha oferta de serviços e palestras - 15.219 atendimentos.	Reformulado e passa a se chamar “Educação para Cidadania”, atendendo com esse foco apenas 12.275 alunos.	4.300 alunos de escolas públicas.	6.657 alunos de escolas públicas.
Iniciação Política	Projeto piloto com 38 alunos formados.	571 alunos formados.	553 alunos formados.	833 alunos formados.	703 alunos formados.
Centro de Referência Juventude					1146 ²² atendimentos no primeiro semestre.

Nos próximos itens, esta dissertação apresentará alguns projetos do Centro de Integração da Cidadania que buscam oferecer formação em direitos humanos e para o exercício da cidadania. Quais sejam:

- a. Projeto Centro de Referência para a Juventude: Espaço Jovem Consumidor;
- b. Projeto Núcleos de Mediação Comunitária; e
- c. Projeto de Iniciação Política.

²² Os dados do Centro de Referência para Juventude: Espaço Jovem Consumidor foram fornecidos pelos relatórios oficiais do Programa CIC, disponibilizados pela Coordenação em 2012.

2.3.1 Projeto Centro de Referência para Juventude: Espaço Jovem Consumidor

Para dar continuidade ao cumprimento de sua missão, no que tange ao tema deste trabalho, além do que já foi preconizado em seu Planejamento Estratégico, o Programa CIC inaugurou em abril de 2011 o “Centro de Referência para a Juventude: Espaço Jovem Consumidor no CIC Leste”, localizado no bairro do Itaim Paulista, periferia da cidade de São Paulo. Esse espaço é resultado de um termo de cooperação firmado entre a Coordenadoria dos Centros de Integração da Cidadania e a Fundação Procon-SP, vinculados à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, e a Coordenadoria da Juventude, vinculada à Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude. O objetivo dessa ação foi o de oferecer aos jovens das comunidades atendidas pelos Centros de Integração da Cidadania atividades em um espaço pensado especialmente para a juventude.

2.3.1.1 Histórico

Ao final de 2008, após uma nova mudança na coordenação do Programa CIC, sua equipe procurou a Coordenadoria da Juventude para pensar possibilidades de ações conjuntas, pois faltava um olhar específico para o público jovem nos projetos do CIC.

Em 2009, a Coordenadoria da Juventude lançou o “portal da juventude” e, nessa ocasião, o CIC passou a constar das informações divulgadas pelo portal na área “faça política”. Nessa época, a Coordenadoria da Juventude lançou também um guia impresso: “Políticas Públicas de Juventude”. Neste guia, além da descrição das atividades do CIC, havia um chamamento aos jovens para a participação. Era um avanço, mas isso ainda representava uma parceria muito tímida.

Já em 2010, começou a se esboçar uma parceria mais firme, que resultaria na implantação do Centro de Referência para Juventude: Espaço Jovem Consumidor. Foi justamente nessa ocasião que o Procon, por meio de sua Diretoria de Relações Institucionais, manifestou o interesse de realizar um projeto conjunto para integrar às ações do Observatório das Relações de Consumo²³.

Paralelamente a essa articulação institucional, existia um projeto da Ashoka Empreendedores Sociais, junto à UNICEF, UNESCO, ANDI e USP, de apoio à Revista

²³ Para mais informações relativas ao Observatório das Relações de Consumo, consultar site da Fundação Procon: www.procon.sp.gov.br.

Viração, cuja missão é fomentar e divulgar processos e práticas de *educomunicação* e mobilização entre jovens, adolescentes e educadores para a efetivação do direito humano à comunicação. A Ashoka disponibilizou recursos para o fortalecimento de projetos inovadores, com os adolescentes comunicadores da “Plataforma dos Centros Urbanos”, iniciativa da UNICEF, para garantia de direitos de crianças e adolescentes de comunidades carentes na Zona Leste, próximo ao CIC Leste. No local também existia um movimento forte de jovens, mas faltava para eles a perspectiva da cidadania e do consumo consciente, e um espaço que oferecesse uma infraestrutura para trabalhar com esses temas. Ocorreu, pois, a união de vontades e necessidades simultâneas de quatro entes: o CIC, o Procon, a Coordenadoria da Juventude e a comunidade local.

A construção do centro foi feita de forma participativa, ou seja, o público jovem da comunidade do Itaim Paulista esteve envolvido no processo desde o início, estabelecendo as temáticas que seriam trabalhadas no espaço, os parceiros e até quais equipamentos seriam necessários e de que forma estariam dispostos no local para trabalhar os temas levantados. Foram realizados quatro encontros com os jovens da região do Itaim Paulista. O primeiro encontro ocorreu na tarde de 22 de março de 2011, no Espaço Jovem Consumidor do CIC Leste, e contou com a presença de 73 pessoas. No início da atividade foi realizada uma dinâmica para estimular a participação dos convidados por meio do exercício de reflexão a respeito das palavras chaves do projeto – Cidadania, Juventude, Consumidor e Cultura de Paz.

Segue um quadro com o resultado desse trabalho.

CIDADANIA	JUVENTUDE	CONSUMO	CULTURA DE PAZ
Direitos	inteligência	“eu gasto muito”	costumes diferentes
inclusão	respeito	Prejuízo	oportunidades
respeito	educação	Abuso	escola
exercício da cidadania	futuro	“dívida a um passo do Serasa”	família
deveres	cultura	atendimento	trabalho
conhecer os direitos	“sou jovem e apronto muito”	responsabilidade	convivência
cidadania para todos	educação sexual	dinheiro	meio ambiente e natureza
saúde	consciência	consumismo	dança
Trabalho para todos	direito garantido	compulsão	saúde
-	esporte	exijo respeito	-
-	funk	-	-
-	música	-	-
-	saúde	-	-

Em seguida, aconteceu um debate em pequenos grupos buscando atrelar essas temáticas ao espaço do CIC para os jovens. Os representantes de cada grupo apresentaram as ideias de atividades que poderiam atingir cada um dos temas levantados. Seguem abaixo:

- Acesso à internet (Sala de computação) e curso de informática;
- Cursos de línguas;
- Cursos profissionalizantes de eletrônica;

- Cursos técnicos ligados à tecnologia;
- Cursos sobre administração de renda;
- Curso de reciclagem e meio ambiente;
- Curso de moda e customização;
- Convênio com INSS para marcação de consultas;
- Cine Pipoca e discussão do filme;
- Palestras sobre vários temas:
 - Drogas;
 - Violência doméstica;
 - Produtos e empresas de consumo;
 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
 - Orientação sexual e gravidez na adolescência;
 - Preservação do meio ambiente; e
 - Reconhecimento de paternidade.
- Orientações sobre consumo consciente;
- Aulas de teatro, dança, hip hop, circo, DJ, ballet, música e canto;
- Oficina de arte, curso de desenho e ilustração;
- Incentivo ao esporte;
- Criação de um espaço de lazer;
- Campeonatos de vídeo-game;
- Prática e concurso de xadrez, damas e pebolim;
- Trabalho intergeracional, integrado jovens e idosos;
- Divulgação da biblioteca e incentivo à leitura;
- Divulgação dos serviços prestados no CIC; e
- Reuniões de conscientização sobre o Centro para Juventude do CIC para jovens e de outros projetos de cidadania promovidos pelo CIC.

Os jovens fizeram ainda um levantamento de potenciais parceiros para a consecução das atividades: escolas da região; Casa de Isabel; Fundação Casa; Bombeiros e

Polícia Militar; Reciclagem – Sutaco (da CDHU) e Secretaria do Municipal do Verde e Meio Ambiente; Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; Fundação Procon; reaproveitamento de óleo – por empresa que distribui galões e recolhe o óleo ou com a própria comunidade para gerar renda com a confecção de sabão; revista Viração, publicação da UNICEF, Fundação IDEPAC e Amanco, Escola Previdenciária, entre outros. Para o encontro seguinte, marcado para 30 de março de 2011 às 14hs no CIC Leste, todos ficaram com a tarefa de levar mais um amigo.

O segundo encontro ocorreu em 30 de março de 2011 no espaço destinado ao projeto e contou com a presença de muitos jovens. Nessa etapa houve troca de conhecimento a respeito de outros espaços já existentes destinados aos jovens de outras cidades, com apresentação de fotos e vídeos. Posteriormente, os jovens foram divididos em três grupos de trabalho para pensar o que seria feito com o espaço, como e com quem, por meio das perguntas norteadoras abaixo:

Grupo 1 – “Como queremos nosso espaço?”.

Grupo 2 – “Quais as atividades para esse espaço?”.

Grupo 3 – “Quem participará desse espaço?”.

O Grupo 1, apelidado de “Os arquitetos do Espaço Jovem Consumidor”, desenhou a sala em uma cartolina, subdividindo o espaço em três áreas para diferentes atividades. Um primeiro espaço seria destinado à sala de computadores, com acesso à internet, mesas e cadeiras. Separado por uma cortina, os jovens propuseram a montagem de um espaço para leitura, com prateleiras, tapete e pufes. Além disso, esse espaço poderia ser utilizado para aulas de música. Por fim, também separado por cortinas, haveria um espaço para filmes e palestras, equipado com TV, DVD, aparelho de som e projetor. Para a decoração de todo o espaço foi proposto fazer uma parede grafitada (a parede central) e quadros pintados à mão para pregar nas outras paredes²⁴.

O Grupo 2 elencou diversas atividades possíveis, baseado na experiência do primeiro encontro: jogos de tabuleiro, aula de desenho gráfico, aula de violão, aulas de

²⁴ Processo SJDC: 274.935/2010. Objeto: Termo de Cooperação que entre si celebram a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com a interveniência da Fundação PROCON, e a Secretaria de Relações Institucionais, objetivando a implementação de Centros de Referência Para Juventude: Espaço Jovem Consumidor, nos Centros de Integração da Cidadania. Data de celebração do convênio: 15/12/2010. Valor: Não há repasse de recursos. Término: 15/12/2015. Principal contrapartida da SJDC: Cessão do espaço, auxílio na montagem da programação e divulgação das atividades. Principal contrapartida da SRI: Auxílio na montagem da programação e monitores. Principal contrapartida do PROCON: aquisição de mobiliário e equipamentos para os Centros de Referência Para Juventude.

dança de rua, capoeira, hip hop, aula de informática, palestras educacionais de prevenção, cursos profissionalizantes, aulas de meio ambiente e reciclagem, aula de pintura, aula de teologia e reforço escolar.

O Grupo 3, também com base no primeiro encontro, fez o levantamento de possíveis parceiros da região, bem como seus contatos, para colaborarem com esse espaço, conforme abaixo (escolas da região, Casa de Isabel, lideranças locais etc.).

No terceiro e quarto encontros os jovens fizeram um planejamento das atividades que pretendiam realizar nos três primeiros meses seguintes à data da inauguração do espaço, organizaram o espaço, montaram móveis, cuidaram de sua disposição pela sala e deixaram tudo organizado para a inauguração, que ocorreu em 03 de maio de 2011.

Ainda seguindo a lógica da participação, os jovens programaram para o segundo semestre daquele ano uma série de atividades voltadas especificamente para o que foi chamado de “Ciclo de Direitos”, que foram cinco encontros voltados para trabalhar a Declaração dos Direitos Humanos e a Constituição Federal utilizando a linguagem de *blogs* e publicações lúdicas: *Crianças como você – uma emocionante celebração da infância no mundo*, publicado pela UNICEF/2003, *Para toda criança – os direitos da criança em palavras e imagens*, também da UNICEF/2003 e *Os direitos humanos do Ziraldo*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos em 2008²⁵.

Diante da experiência de implantação do Centro de Referência para a Juventude: Espaço Jovem Consumidor é possível afirmar que o jovem precisa de espaços para exercitar sua cidadania, para debater, se colocar, se reconhecer como cidadão e reconhecer seu semelhante. O jovem/adolescente é um ser que ainda está em processo de formação e, portanto, aberto para construção de novos paradigmas de relacionamentos baseados na lógica do respeito, da solidariedade, do reconhecimento e dos direitos humanos. O desafio do Programa CIC, uma vez instalado o espaço, é o de continuar fomentando sua utilização pela comunidade local. A implantação é apenas o primeiro passo.

²⁵ Fonte: relatórios oficiais do projeto “Centro de Referência para Juventude: Espaço Jovem Cidadão” para o Programa CIC. Para mais informações, checar: <http://educaproconsp.blogspot.com.br/2011/05/espaco-jovem-consumidor-no-cic-leste.html>, http://www.selj.sp.gov.br/noticias/20110506_centro_referenciaz1.php e <http://www.agenciajovem.org/wp/?p=365>.

2.3.2 O Projeto Núcleos de Mediação Comunitária

a. Conceito de comunidade

O conceito de comunidade é muito variado na literatura. Seguem apresentados nesta dissertação aqueles que mais se coadunam com o Projeto Núcleos de Mediação Comunitária do Programa Centro de Integração da Cidadania.

Em toda sociedade há grupos humanos unidos por várias questões, dentre elas, o território, que confere o *status* de *locus* privilegiado para o desenvolvimento de programas de transformação social (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006).

As comunidades, em sentido estrito, são núcleos de convívio social que coexistem numa mesma região. O termo comunidade representa também a área de convívio das populações menos favorecidas dos grandes centros urbanos. Geralmente locais carentes, com problemas de moradia, infra-estrutura, alta densidade demográfica e com alto grau de violência (FILGUEIRAS e BAYER, 2006).

Ainda “comunidade significa um grupo de pessoas que compartilham de uma característica comum, uma ‘comum unidade’, que as aproxima e pela qual são identificadas” (NEUMANN, 2004, pp. 20-21). Em geral, a unidade comum é a região onde as pessoas vivem, mas nada impede que uma comunidade seja constituída a partir de interesses e/ou causas partilhados. De qualquer sorte, no núcleo do conceito está localizada a ideia de identidade compartilhada e isso é o que importa para haver empatia no processo de mediação comunitária.

b. A mediação de conflitos

Conflitos, dos quais se originam os litígios, encontram-se em todos os tipos de relacionamentos, na família, no emprego, na vida social, no lazer etc. Eles encontram-se presentes, de modo intrínseco, em todas as relações e relacionamentos.

Ao longo de sua vida, o sujeito busca permanentemente satisfazer suas motivações e, para tanto, estabelece relações afetivas, profissionais e comerciais com outras pessoas que se encontram na mesma situação, buscando satisfazer também suas motivações e

expectativas. A essa situação, dentro da teoria do conflito, dá-se o nome de contrato psicológico.

A causa raiz de todo conflito é a mudança, real ou apenas percebida dos contratos psicológicos, suas violações; as expectativas já não são colidentes e o que um quer o outro rechaça. A mudança afeta a percepção do eu, alterando seu estado emocional e o fluxo de diálogo é interrompido; tem-se, então a falha da comunicação, acirrando-se ainda mais o conflito (FIORELLI, 2008, pp. 6-7).

Ainda há outro elemento envolvido nos conflitos, e que interfere ainda mais nas relações, podendo acirrá-los infinitamente: o poder. Grandes diferenças de poder em uma relação tendem a provocar mais conflitos (SAMPAIO e BRAGA, 2007).

Uma das alternativas para se resolver impasses é a mediação de conflitos. Ela representa a intervenção de um terceiro imparcial e neutro, sem qualquer poder de decisão, para ajudar os envolvidos em um conflito a alcançar voluntariamente uma solução mutuamente aceitável. A mediação faz-se mediante um procedimento voluntário e confidencial, estabelecido em método próprio, informal, porém coordenado (CALMON, 2008). Ela é baseada no respeito, na confiança e na solidariedade.

O papel principal do mediador é o restabelecimento respeitoso da comunicação entre as partes, re-significando a linguagem no ambiente conflitivo, gerador de ruídos, noções distorcidas da realidade e até de agressividade entre os contendores, redirecionando-os para que eles consigam, se possível, a obtenção de resultado criativo e que preserve entre eles a relação, mesmo que transformada. Importante dizer que o mediador não tem o poder de decisão sobre as partes, mas apenas faz a intermediação do conflito para que elas próprias encontrem o resultado satisfatório para ambas. A lógica na mediação é diferente da lógica do Poder Judiciário. Enquanto este se baseia no ganha-perde, a mediação tem como base o ganha-ganha e nisso percebe-se a solidariedade (BRAGA e SAMPAIO, 2007).

O objetivo central da mediação deve ser promover a resolução do conflito, chegar a um acordo que as duas partes considerem satisfatório. Entretanto, a mediação pode muito mais do que promover acordos e melhorar as relações; ela pode transformar a vida das pessoas, infundir-lhes tanto um sentimento mais vivo de sua própria eficácia pessoal, a revalorização, como uma maior abertura para maior aceitação por referência à pessoa instalada no extremo oposto da relação; inclusive, se não houver acordo, se não houver

reconciliação, a mediação mesmo assim será exitosa se apostar na revalorização e no reconhecimento (BRAGA e SAMPAIO, 2007).

Segundo a teoria do modelo transformativo de FOLGER (LIMA e ALMEIDA, 2011), acredita-se que a mediação tem um potencial específico de transformar as pessoas, fato este que promove o crescimento moral ao ajudá-las a lidar com as circunstâncias difíceis e a resgatar as diferenças humanas no meio do mesmo conflito. Essa possibilidade de transformação origina-se na capacidade da mediação para gerar dois efeitos importantes: a revalorização e o reconhecimento. Em sua expressão mais simples, a revalorização significa a devolução aos indivíduos de certo sentido de seu próprio valor, de sua força e de sua própria capacidade para enfrentar os problemas da vida. E o reconhecimento implica em se evocar nos indivíduos a aceitação e a empatia, com respeito à situação e aos problemas de terceiros. Quando esses dois processos ocupam lugar central na prática da mediação, ajudam-se as partes a usar o conflito como oportunidade de crescimento moral, e realiza-se o potencial transformador da mediação²⁶.

Honneth (2003) afirma que os conflitos implicam uma luta constante dos sujeitos por reconhecimento, como forma de realização humana. Numa sociedade desigual, em que os abismos sociais só fazem acirrar os pequenos conflitos cotidianos, as lutas pelo respeito e pelo direito muitas vezes acabam degenerando-se em situações de violência, não raro de violência letal:

O nexu existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. **A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento**, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, **está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima** (HONNETH, 2003, negritos meus).

Reconhecer-se no outro e perceber que ele é também um ser humano digno de respeito é um grande exercício que a mediação comunitária tem a possibilidade de proporcionar, pois contribui com a criação de espaços de diálogo em que as pessoas (e seus

²⁶ Palestra proferida por Joseph Folger na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania em 24 de setembro de 2010.

pares²⁷) transmitem suas diferenças e constroem de maneira participativa, dinâmica e pacífica seus respectivos lugares na sociedade. Além disso, a mediação comunitária permite estabelecer canais facilitadores para a articulação política, abrindo espaço para que grupos excluídos tenham voz, encaminhem suas demandas e participem de forma plena e democrática da vida pública.

c. A mediação de conflitos nos Centros de Integração da Cidadania

O estímulo à resolução pacífica de conflitos e a promoção da mediação como instrumento para a resolução pacífica de conflitos já encontram assento dentro dos postos fixos do CIC. Os núcleos de mediação dentro de cada posto funcionavam desde 2004. A esse respeito, afirma Guilherme Assis de Almeida:

A primeira experiência de mediação comunitária²⁸ nos postos do Programa CIC ocorreu em 2004, na gestão do secretário Alexandre de Moraes. Foi realizado um seminário de formação para uma centena de pessoas (com a presença de dezenas de juízes de paz). Após a realização do seminário aproximadamente 20 pessoas foram trabalhar voluntariamente em cinco postos do programa CIC (ALMEIDA, 2011).

Ao longo dos últimos anos, outros cursos de formação já foram ministrados²⁹. Entretanto, tais ações não foram suficientes para instalar um projeto de política pública nesse setor; há uma necessidade permanente de buscar a renovação do quadro de mediadores e o constante aprimoramento dos que realizam a mediação, proporcionando-lhes instrumentos de reciclagem e intercâmbio com outros profissionais ligados à prática.

No final de 2007, a Coordenação do Programa CIC elaborou o Projeto de Mediação de Conflitos que buscou atender essencialmente à missão do CIC no que diz respeito à garantia do acesso à justiça e de educação em direitos humanos. Segundo o jurista Kazuo Watanabe, presidente do CEBEPEJ, no “Programa Cidadania para Todos” (Canal Universitário, dezembro de 2007), quando os conflitos sociais ficam sem solução, surge uma litigiosidade contida, fenômeno extremamente perigoso para a estabilidade social,

²⁷ A mediação comunitária só funciona quando é realizada entre pares. Por estarem envolvidos em uma realidade comum, a possibilidade de empatia aumenta, e a possibilidade de entendimento também. Cf. QUEIROZ, 2012.

²⁸ Importante comentar que a mediação realizada por operadores de direito aconteceu no CIC por ocasião da pesquisa realizada pelo IBCCrim e já mencionada neste trabalho. O novo projeto de mediação buscou fugir dessa lógica, pois, mesmo sem haver a intenção, a relação era desigual; havia uma hierarquização do processo e isso vai contra os princípios básicos da mediação. Em todas as reuniões preparatórias para o curso e durante sua execução, a necessidade de se ter uma relação equilibrada, não hierarquizante com as partes, foi bastante reforçada com os alunos.

²⁹ Fonte: relatórios de diagnóstico sobre a mediação nos CICs da Coordenadoria de Integração da Cidadania.

pois mostra claramente um tecido social esgarçado, que não protege mais o cidadão e propicia que os conflitos sejam facilmente desvirtuados para situações de violência.

Para fortalecer a prática da resolução pacífica de conflitos por meio da mediação nos postos fixos do CIC, em 2007 foi assinado o Protocolo de Intenções para a Promoção da Mediação (Anexo 02) em áreas de alta vulnerabilidade social, que estabeleceu parâmetros comuns para desenvolver ações conjuntas visando à implementação da mediação e demais formas alternativas de resolução de conflitos no âmbito do estado de São Paulo. Essa iniciativa integrou as três esferas de governo e entidades da sociedade civil.

Além da assinatura do Protocolo de Intenções, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, por meio da UMAPAZ (Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz), viabilizou e sediou a realização de uma primeira etapa de formação de mediadores que teve início em novembro de 2007. O público prioritário foi composto por voluntários do CIC, mediadores que já atuavam nos postos, lideranças comunitárias e representantes do poder público, além das lideranças locais indicadas pelo Programa São Paulo em Paz da Prefeitura de São Paulo.

O objetivo geral desse projeto era o fortalecimento da mediação como forma alternativa de resolução de conflitos e promoção da cultura de paz. Como objetivos específicos, por sua vez, ficaram estabelecidos: 1. Formar mediadores; 2. Constituir uma rede de mediadores voluntários capazes de trocar e replicar experiências; e 3. Fortalecer institucionalmente a mediação como forma pacífica de resolução de conflitos.

Em 2008, a mediação passou a ser atribuição do Programa CIC no âmbito da SJDC, e em agosto desse mesmo ano, deu-se início ao processo para a criação de um edital de credenciamento como forma de estabelecer um mecanismo ágil e eficiente, em consonância com a lei, de contratação de palestrantes, oficinairos e supervisores pedagógicos para prestação de serviços de formação em mediação, cidadania e direitos humanos nos postos fixos do Centro de Integração da Cidadania. Teve-se com isso a finalidade de formar e capacitar agentes da comunidade local dos postos, fortalecendo um dos pilares do programa: educação em direitos humanos e cidadania.

Sem sombra de dúvida é vocação institucional da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania promover cursos nas áreas de direitos humanos e cidadania, como já o fez, anteriormente, com cursos livres e de extensão. O Decreto n.º 46.000, de 15 de agosto de

2001, que instituiu o Centro de Integração da Cidadania, no âmbito dessa pasta, prevê, expressamente, a realização atividades, palestras, oficinas, ou quaisquer outras formas de difusão do conhecimento acerca dos direitos humanos e da cidadania, e da mediação comunitária, buscando sua efetivação.

Art. 6º - Serão oferecidos aos cidadãos os seguintes serviços prestados de forma coordenada e integrada pelos próprios órgãos encarregados de cada atividade, diretamente ou por convênio:

(...)

II - de educação em direitos humanos e defesos da cidadania;

Art. 4º- A Coordenadoria de Integração da Cidadania - CIC terá por atribuição as atividades de normatização e orientação nas áreas de:

(...)

III - Educação em Cidadania para Segmentos Sociais Vulnerabilizados;

IV - Mediação Comunitária.

Assim, restou clara a atribuição da secretaria na realização de cursos em matéria de direitos humanos e cidadania. Ademais, a transmissão e a difusão do conhecimento por meio de palestras, oficinas e supervisões pedagógicas é uma forma de diminuir as diferenças sociais, promover a cultura da paz e proporcionar acesso à justiça em regiões de alta vulnerabilidade social, corroborando ainda mais com os objetivos do Centro de Integração da Cidadania.

No entanto, a essa demanda específica, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania nem sempre pôde atender prontamente devido aos entraves burocráticos que envolvem a contratação de profissionais para a execução dessas tarefas.

Nesse sentido, é sabido que o poder público deve guiar-se pelos princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) para exercer seus atos. E, objetivando atender ao interesse público, vários órgãos da Prefeitura de São Paulo, em consonância com os princípios supracitados, vêm adotando o sistema de credenciamento, por meio de edital público, de profissionais (que recebem um valor por hora/aula) para o exercício de atividades ligadas à formação e capacitação nas mais variadas áreas do conhecimento para atender ao interesse público de difusão do conhecimento e da democratização dos meios de acesso à educação. Esse sistema tem se mostrado ágil e eficiente nas contratações municipais. Tem-se como exemplo a FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), órgão vinculado à Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, considerada pelos diversos interlocutores e parceiros com os quais se relaciona, pelos governos, pela comunidade acadêmica e pela sociedade em

geral, um tradicional centro de referência em assuntos relacionados à administração pública, que adota o sistema de credenciamento de docentes, docentes assistentes e supervisores desde 2005. Para cada necessidade específica, a FUNDAP elabora um edital, publica no Diário Oficial, no seu site e mantém um link ativo na página da Secretaria de Gestão Pública, faz o credenciamento e contrata os profissionais de que necessita.

Para dar prosseguimento à capacitação e à formação em direitos humanos e cidadania nos postos fixos do CIC, e para facilitar a contratação de palestrantes, oficinairos e supervisores pedagógicos, a Secretaria da Justiça considerou adequada a adoção desse mecanismo e, em outubro de 2010, foi publicado o primeiro edital de credenciamento de profissionais da SJDC (ver modelo no Anexo 03), com o objetivo específico de dar continuidade à capacitação de mediadores comunitários para atuação nos postos do CIC.

Ainda em 2010, a Assessoria de Defesa da Cidadania (ADC), órgão integrante da Secretaria de Justiça, promoveu com o CIC:

De março a julho deste ano dez mesas de discussão a respeito de solução alternativa de conflitos e acesso à justiça nos postos do CIC. As mesas foram as seguintes, por ordem cronológica: 1) CIC: Testemunho de uma Experiência, com Maria Isabel Soares (Coordenadora de Integração da Cidadania), Julia Paradinha Sampaio e Tatiana Rached (assistentes da coordenação)³⁰; 2) CIC: Histórico de um projeto de Reforma da Justiça e situação atual, com Jacqueline Sinhoretto, professora de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); 3) Solução Alternativa de Conflitos, Cultura de Paz e Direitos Humanos, com Antonio Freitas Junior (professor da Faculdade de Direito da USP); 4) Assistência Jurídica e Direitos Humanos, com Walter Piva Rodrigues (professor da Faculdade de Direito da USP e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo); 5) Solução Alternativa de Conflitos e Acesso à Justiça, com Carlos Alberto Salles (procurador da Justiça e professor da Faculdade de Direito da USP); 6) Gênero e Poder Local: uma reflexão sobre o papel das mulheres nos CICs, com Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (professora da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília); 7) Cidadania de Gênero – Acesso à Justiça das Mulheres Vítimas de Violência, com Wania Pasinato Izumino (pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, PAGU); 8) Mediação Comunitária, com Fernanda Levy e Sandra Bayer (advogadas e integrantes do Conselho Nacional de Mediação e Arbitragem); 9) Solução Alternativa de Conflitos na perspectiva do Ministério Público, com Débora Kelly (promotora de Justiça); e 10) Solução Alternativa de Conflitos na perspectiva da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com Carolina Bega (defensora pública). Em 29 de abril de 2010 foi organizada uma reunião informal com dezenas de mediadores comunitários que estavam trabalhando nos postos do programa CIC. Dessas mesas de discussão participaram, além dos organizadores, diversas diretoras dos postos do CIC, representantes do CONIMA (Conselho Nacional de Mediação e Arbitragem), IMAB (Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil), Ministério Público do

³⁰ Nessa época eu trabalhava como coordenadora do CIC na SJDC e organizei as mesas juntamente com Guilherme Assis de Almeida e Cintia Regina Beo, ambos assessores técnicos do gabinete do Secretário da Justiça Luiz Antônio Guimarães Marrey.

Estado de São Paulo, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo e estudantes de graduação e pós graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Após a realização das mesas, uma constatação foi patente e consensual para todos os integrantes das mesas de discussão e também para os mediadores comunitários presentes na reunião de 29 de abril: para o sucesso de um projeto de mediação comunitária no programa CIC é imprescindível uma formação inicial e continuada, além de uma constante supervisão do trabalho dos mediadores comunitários (ALMEIDA, 2011).

Paralelamente às mesas de discussão, a coordenação do CIC elaborou um diagnóstico com as principais fraquezas e fortalezas da situação da mediação comunitária nos postos.

Em abril de 2011 iniciou-se o primeiro curso de Formação de Mediadores Comunitários da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, cujo programa encontra-se no Anexo 04.

A segunda etapa do curso aconteceu entre os meses de julho e novembro de 2011 nos postos fixos do programa com os alunos passando por toda a experiência prática da mediação, devidamente supervisionados pela equipe de professores do curso. Quando o curso chegou ao final, 44 alunos dos cem inscritos inicialmente terminaram o curso, receberam certificação e passaram a atuar voluntariamente como mediadores comunitários nos postos do Centro de Integração da Cidadania.

Durante 2012, o projeto previa a realização de uma supervisão dos mediadores comunitários com a contratação de profissionais da área nos mesmos moldes do curso, via edital. Ocorre, entretanto, que o CIC não conseguiu viabilizar essa contratação ainda em 2012. Esse fato prejudicou o andamento do projeto. Até o final do período de pesquisa deste trabalho, a Secretaria ainda não tinha conseguido viabilizar a contratação.

Conforme mostra o relatório/diagnóstico do projeto (figuras 1 e 2), elaborado pela coordenação do CIC a partir de questionários encaminhados aos mediadores, houve um número menor de atendimentos em 2012 (1.065 atendimentos), comparado ao mesmo período de 2010 (3.259 atendimentos)³¹. Dos 43 mediadores que receberam certificados para mediar, 29 continuaram atuando nos postos até o final de 2012. Os atendimentos aconteceram uma vez por semana na maioria dos postos, salvo no CIC Sul e no CIC Oeste.

³¹ 2011 foi dedicado à formação dos mediadores.

Os mediadores atuaram em duplas na maioria dos postos, salvo no CIC Leste e no CIC Morato³².

Ainda conforme esse instrumento, os principais aspectos positivos foram: 1. há o comprometimento e empenho de todos os mediadores; 2. a mediação é vista como um diferencial para a solução de conflitos; 3. a população vê com bom olhos e acredita na mediação. E os negativos: 1. falta de supervisão, suporte e acompanhamento do processo de mediação; 2. necessidade de uma maior divulgação dos serviços de mediação para aumentar a demanda; e 3. dificuldade de conciliar um horário comum para a atuação em dupla.

NÚCLEO DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CONFLITOS			
DIAGNÓSTICO 2012			
RESUMO:			
a) houve menos atendimentos em 2012 se comparado com o mesmo período de 2010. (1.065 atendimentos em 2012, e 3.259 atendimentos em 2010 - período de janeiro a outubro - queda de ~70%)			
b) dos 43 mediadores formados em 2011, 29 continuam atuando nos postos CIC. Ou seja, 37% dos mediadores desistiram .			
c) os atendimentos acontecem uma vez por semana na maioria dos postos (com exceção dos CIC Sul e CIC Oeste).			
d) os mediadores atuam em dupla na maioria dos postos (com exceção nos postos CIC Leste e CIC Morato).			
e) Aspectos positivos:		f) Aspectos negativos:	
1. há o comprometimento e empenho de todos os mediadores;		1. falta de supervisão, suporte e acompanhamento do processo de mediação;	
2. a mediação é vista como um diferencial para a solução de conflitos;		2. falta melhor divulgação dos serviços de mediação;	
3. a população vê com bom olhos e acreditam na mediação		3. há pouca demanda;	
		4. dificuldade de conciliar um horário comum para a atuação em dupla de mediadores.	

Fig. 1 - Relatório do Núcleo de Mediação Comunitária do CIC.

³² Por ocasião do curso, pela experiência do corpo docente, estabeleceu-se que seria melhor a atuação dos mediadores em duplas.

Fig. 2 - Relatório do Núcleo de Medição Comunitária do CIC.

POSTO CIC	Número de atendimentos de janeiro a outubro comparação 2012 / 2010	Mediadores que se formaram no curso do SIDC	Continuam a atuar nos postos?	quando acontece o atendimento?	Atuam em dupla?	Quais os pontos positivos?	Quais os pontos negativos?	Quais instrumentais estão sendo utilizados?
Ferraz	19 / 02	Elias Barbosa dos Santos	sim	3ª feiras, das 13h30 às 17h	sim	a) Presença de mediadores mesmo sem público p/ atendimento.	1. pouca demanda.	1. todos aqueles, indicados pela Coordenação. 2. mediadores não relataram problemas no uso dos instrumentais
		Sônia Maria F. de Oliveira	sim	3ª feiras, das 13h30 às 17h	sim	b) Boa finalização dos casos.		
		Roseli Babinski	não (desde 1ª sem. 2012)	x	x			
Leste	132 / 1505	Jandayra Alves S. Clementino	sim	4ª feiras, das 9 às 11h	não	a) é referência na região	1. não há uma supervisão e acompanhamento do trabalho dos mediadores 2. duvidas no atendimento relacionadas com o limite de "dar conselhos" 3.falta de selos para enviar cartas-convites	1. Carta Convite 2. Termo de Mediação 3. Ficha cadastral do caso 4. Relatório caso a caso
		Citêlia de Sousa	sim	5ª feiras, das 9 às 11 h	não	b) sempre há, semanalmente, o agendamento		
		Lúcia Rosa de Lima Padoim	não (problemas pessoais, retoma talvez em 2012)	x	x	c) atende bem conflitos de vizinhos e familiares d) possibilidade de parceria com mediadores de escolas públicas da região.		
Morato	180 / 120	Claudia de Mello Garcia	sim	5ª feiras, 9 às 12h	não	a) bom comprometimento da mediadora	1. a atuação de somente uma mediadora impede o aumento no nº de atendimentos	1. aqueles, elaborados pela Coordenação
		Os mediadores que se formaram no curso desistiram	não	x	x	b) boa divulgação do serviço por meio da rede interna e externa. c) a mediação e vista aqui no CIC como um diferencial e acreditam no serviço		
Guarulhos	65 / 0	Braz José da Silva	sim	4ª feiras, 14 às 16h (rodizio)	sim	a) bom trabalho de divulgação e informação	1. falta suporte profissional p/ avaliação, orientação e acompanhamento, pois há duvidas sobre como proceder em muitos casos que aparecem. 2. falta de materiais de estudo sobre a mediação, uma biblioteca p/ consultas. 3. falta de vontade das partes convidadas p/ participarem da mediação (são convidadas e não comparecem).	1. aqueles, elaborados pela Coordenação
		Cenobia O. S. Melo Paz	sim	4ª feiras, 14 às 16h (rodizio)	sim	b) a população vê como um bom canal de dialogo para a resolução de conflitos.		
		Carlos E. do Nascimento	sim	4ª feiras, 14 às 16h (rodizio)	sim	c) a mediação e vista aqui no CIC como um diferencial e acreditam no serviço		
		Elisabeth Alves da Silva	sim	4ª feiras, 14 às 16h (rodizio)	sim	d) a Defensoria Publica e nossa maior parceria, com resultados satisfatórios		
		Glivanira A. Cavalcante	sim	4ª feiras, 14 às 16h (rodizio)	sim	e) o suporte da Direção também tem sido fundamental, para orientar dando total		
		Paulo Félix dos Reis	sim	4ª feiras, 14 às 16h (rodizio)	sim	f) cronograma semestral e as reuniões de avaliação que são realizadas periodicamente, são fundamentais para o andamento e atendimento dos casos. g) Os mediadores são comprometidos e empenhados nas suas funções.		
		Rosângela A. de Souza	não	x	x			
POSTO CIC	Número de atendimentos de janeiro a setembro comparação 2012 / 2010	Mediadores que se formaram no curso do SIDC	Continuam a atuar nos postos?	quando acontece o atendimento?	Atuam em dupla?	Quais os pontos positivos?	Quais os pontos negativos?	Quais instrumentais estão sendo utilizados?
Casa da Cidadania	14 / 14	Léia Silvia Gomes	sim	2 vezes p/ mês, 11 às 15h	sim	Profissional é assídua nos atendimentos, comprometida e competente.	a) há pouca demanda; b) não há supervisão e acompanhamento do trabalho.	aqueles, elaborados pela Coordenação
Oeste	118 / 303	Fabio de Albuquerque Oliveira	sim	3ª e 5ª feira, 9 às 16h	sim	Comprometimento, assiduidade Integração, interação, respeito entre os mesmos e com os usuários.	a) deixaram de atuar como mediadores no CIC a partir de 2013	Os mesmos que foram elaborados pela Coordenação
		José Thadeu de Oliveira	sim	3ª e 5ª feira, 9 às 16h	sim		b) sentem falta de supervisão	
		Manuel Augusto Lourenço Ramos	sim	3ª e 5ª feira, 9 às 16h	sim			
		Juercio de Oliveira	sim	3ª e 5ª feira, 9 às 16h	sim			
		Viviane Assis Jacinto Alves	sim	3ª e 5ª feira, 9 às 16h	sim			
Norte	52 / 83	Cristiane B. dos Santos	sim	2ª feira, 8 às 11h30	sim	integração de todos os serviços, pontualidade,		os elaborados pela
		Jorge Inácio da Silva	sim	2ª feira, 8 às 11h30	sim	ética, respeito e comprometimento	falta de supervisão	coordenação, além do
		Maria de Lurdes do Carmo	às vezes	2ª feira, 8 às 11h30	sim			do cartão de agendamento
Sul	411 / 923	Edson M. Soares	Sim	4ª feira, das 9 às 13 hs	Sim	a- Serviços bem divulgados.	a)falta de supervisão b) atendimentos 2 vezes por semana e insuficiente.	Todos que foram definidos ao término do curso.
		Eliana Oller Ricart	não			b- Temos uma demanda grande		
		Ivoneite Silva Araújo	Sim	4ª feira, das 9 às 13 hs	Sim	c- Atendimento às cartas convites é muito bom		
		Maria do Carmo Fernandes de Santana Ricati	retorna em dezembro	5ª feira, das 9 às 13 hs	-	d- U serviço é muito bem aceito por todos os parceiros internos		
		Marisa Gonçalves Fontes	sim	4ª feira, das 9 às 13 hs	Sim	e- A maioria dos mediadores é comprometido com o atendimento f- U atendimento semanal tem sido mantido, isso tranquiliza os agendamentos		
Feição da Vila	35 / 236	Douglas Ribeiro	não	5ª feira, manhã	x	a - bom atendimento	a) a mediadora sente-se por vezes insegura, com medo de sofrer agressão pelos envolvidos no conflito,durante as sessões. b) e dificil conciliar um horário comum, daí o atendimento 1 x semana b) há poucos acordos porque os envolvidos no conflito não conseguem buscar um dialogo, nem tampouco compreendem o princípio da mediação.	Usam formulários indicados pela Coordenação
		Eloisa H. de F. G. Bontempo	sim	5ª feira, manhã	sim	b- comprometimento dos mediadores		
		Léia Silva de Moraes Ferreira Gomes	não	x	x			
		Marilângela Coelho Vieira	não	x	x			
		Pedro dos Santos Vilanova	sim	5ª feira, manhã	sim			
Campinas	39 / 73	Benedicta Aparecida Blumer	não	x	x	Alta taxa de satisfação dos usuários	Pouca demanda As vezes os usuários que solicitam a mediação não comparecem	1. Carta Convite 2. Termo de Mediação 3. Ficha cadastral do caso
		Paulo Félix dos Reis	sim	a cada 15 dias, sempre aos sábados das 8:00 Às 11:00.	Sim	Resolução da maioria dos conflitos		
		Maria das Graças de Souza Pereira	sim	a cada 15 dias, sempre aos sábados das 8:00 Às 11:00.	Sim			

Cabe fazer aqui um breve comentário, sob a ótica da coordenação do Programa CIC, função que coube a mim nessa ocasião: apesar da grande vitória que significou a promoção do curso de formação de mediadores comunitários, um sentimento de frustração permaneceu, pois implementar algo que pretende tornar-se uma política pública efetiva, promotora de direitos humanos e cidadania, com base em trabalho voluntário, é quase uma utopia; para a implantação e manutenção de uma política pública seria necessário reconhecer financeiramente o trabalho dos mediadores, com pelo menos a minimização de seus custos para chegar aos centros. Nesse sentido, apesar da solidariedade, do desprendimento e da dedicação destas pessoas, a realidade e as dificuldades financeiras pesam, principalmente na periferia, e para se manter o serviço à comunidade de forma ininterrupta seriam necessários muito mais do que os 44 mediadores formados (e 29 na ativa), de forma que sua dedicação não lhes pesasse nem financeiramente, nem nas horas despendidas com os atendimentos. Seria necessário investir em supervisão permanente, com profissionais gabaritados que dessem segurança técnica ao projeto. Caberia ao poder público investir na formação, quase que permanente, de novos mediadores, que depois de formados prestariam esse serviço voluntário por um tempo determinado, para que, depois, novos formados fossem sucessivamente suprindo o atendimento, num ciclo virtuoso para a manutenção do serviço (seria uma espécie de troca: a Secretaria fornece formação de qualidade, que pode servir para uma futura profissão e o aluno devolve em forma de atendimento voluntário pelo período de um ano, por exemplo). Ou ainda, também dependendo do poder público, se houvesse a regularização da profissão de mediador, com ingresso, via concurso público, ou algo que se assemelhasse, para haver, minimamente, a possibilidade de se oferecer um serviço dessa natureza de forma perene e efetiva. Caso contrário, é o Estado fazendo política pública sem investimento, dependendo sempre de terceiros. Ainda faltam também recursos materiais para equipar os espaços voltados para mediação da melhor forma possível (apenas dois exemplos: fazer mediação em uma mesa redonda é o mais recomendado, pois sem cabeceira todos ocupam igual posição durante o processo – nem todos os postos tinham condição de oferecer esse mobiliário ao projeto; a carta convite é outra ferramenta muito importante na mediação, pois ela será o instrumento usado para convidar as partes a participarem do processo – nem com isso era possível contar, pois muitas vezes a Secretaria não tinha recursos para fornecer selos aos postos).

Apesar de todas as deficiências, a mediação conseguiu obter sucesso, pois o processo todo, da forma como foi idealizado, junto com o curso de formação, que

possibilitou contar com voluntários bem preparados, e com um processo gerador de empatia e potencial de solucionar conflitos de diversas naturezas. Conforme dados do programa CIC³³, cerca de 70% dos conflitos chegavam a uma solução pacífica de entendimento, prevenindo futuras demandas judiciais, ou, ainda, futuras situações de violência. Ou seja, investir na mediação comunitária na periferia é um bom negócio, basta o poder público encontrar meios para garantir recursos materiais e humanos.

2.3.3. Projeto Educação Política

John Stuart Mill afirma em sua obra *Governo representativo* que a forma ideal de governo é o sistema representativo. Nessa forma de governo, o povo inteiro, ou parte dele, exerce o poder de controle supremo por meio de deputados por ele eleitos periodicamente. O autor é a favor do sufrágio universal, entendendo que devam ser excluídos do sistema eleitoral os analfabetos e aquelas pessoas mal instruídas, ou seja, a falta de conhecimento e de seu acesso levaria à exclusão da vida política.

Ao longo do século XX assistimos à ampliação do sufrágio. No Brasil isso teve início com o Código Eleitoral de 1932, que incluiu as mulheres ao eleitorado nacional, mas a universalização do sufrágio ocorreria apenas em 1985, por meio de um decreto que permitiria a participação do analfabeto (DANTAS, 2010). Finalmente, em 1988, a Constituição Cidadã eliminou o grande obstáculo ainda existente à universalidade do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos, aos jovens com idade entre dezesseis e dezoito anos e aos maiores de sessenta anos.

De acordo com Humberto Dantas,

Só existe uma forma de criarmos o cidadão ativo de John Stuart Mill: devemos educar formalmente os indivíduos para o exercício da democracia. As regras do jogo existem, e devem ser conhecidas e respeitadas. Trata-se de um compromisso, que infelizmente amedronta alguns, e desinteressa muitos. Mas tal reflexão também está presente na definição de Theodor Marshall (1967) sobre o conceito de Cidadania. **Nesse caso, não importa se o cidadão deseja ou não ser educado: ele será. Esse é o compromisso das partes com a coletividade, a formalização de um conhecimento essencial à vida em sociedade** (DANTAS, 2010, p. 4).

E é nesse sentido que o poder público tem o dever de contribuir para formação integral do cidadão, proporcionando meios para que isso ocorra: “a educação, direito de

³³ Informações obtidas a partir de relatórios oficiais de atendimento.

todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (artigo 205, CF).

Pois foi justamente para atender a esse preceito constitucional que o CIC firmou parceria com outras três instituições, que também tinham a educação em direitos (neste caso, o direito à educação e à formação políticas), para realizar os cursos de Iniciação Política nos dez postos do programa. Além do CIC, a parceria envolveu o Instituto do Legislativo Paulista (ILP), órgão ligado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Fundação Mario Covas e a Fundação Konrad Adenauer (KAS).

A decisão acerca do desenvolvimento da atividade foi tomada de forma rápida. A Fundação Konrad Adenauer aceitava remunerar os professores, enquanto a Coordenação do Programa CIC ofereceu o CIC de Guarulhos, localizado em área de extrema vulnerabilidade na Grande São Paulo, para o que seria chamada de turma piloto. Ao Instituto do Legislativo Paulista coube disponibilizar o material da Fundação Mario Covas impresso. O curso estava montado e seria oferecido em três manhãs de sábado, com aulas das 9h00 às 12h20. Em poucas semanas a coordenação local do CIC anunciou a atividade, que chegou a 82 inscritos. Ao todo, 62 alunos compareceram às atividades gratuitas, sendo que 44 assistiram dois terços ou mais das aulas, o que garantiu a emissão de certificados confeccionados pelo ILP. Ao término da ação uma avaliação feita por meio do preenchimento de questionários mostrava que o curso contava com a aprovação dos alunos. Índices de concordância acima de 90% corroboraram sentenças como: “o curso deve continuar sendo oferecido no CIC” (97,5%); “os professores dominam o conteúdo” (97,0%); “eu recomendo o curso para outros cidadãos” (96,5%); “o conteúdo do curso deveria estar nas escolas” (94,5%); e “os professores foram atenciosos” (93,8%) (DANTAS, SOARES, SOARES e LAMARI, 2010).

O projeto piloto mostrou-se extremamente exitoso, sinal de que a parceria deveria firmar-se e ampliar-se para todos os postos do CIC. Isso aconteceu por meio de um convênio assinado ao final de 2008, envolvendo todas as quatro instituições.

O desafio, já em 2009, era viabilizar o curso nos dez postos do CIC. Cada parceiro responsabilizou-se por uma etapa do processo: as inscrições foram concentradas no site do ILP, que também destinou um estagiário para cuidar dos procedimentos logísticos do curso; a Fundação Mario Covas forneceu o material didático (uma apostila); a Secretaria

da Justiça, por sua vez, destinou um motorista para levar os professores da Assembléia Legislativa de São Paulo para o posto onde ocorreram as aulas e a Fundação Konrad Adenauer arcou com a remuneração dos professores. O curso era oferecido uma vez por semana, aos sábados pela manhã, para toda a comunidade.

Seguindo essa lógica, o curso repetiu-se nos mesmos formatos até o final de 2010, quando, em reunião entre a coordenação do CIC e do curso, ficou resolvido que o curso seria oferecido, a partir de então, para os alunos de ensino médio das escolas públicas do entorno dos postos do CIC, durante o período de aulas. O novo formato permitiu uma maior interação com as escolas e colocou a política na pauta dos envolvidos. Nos anos de 2011 e 2012, assim foi feito. Decisão acertada, que possibilitou atingir com mais qualidade um número de alunos com mais interesse.

Além da facilidade em organizar turmas, compostas por alunos, o número de impactados cresceu significativamente. Em 2011 foram formados 833 jovens, mas o curso precisou ser remodelado. Alunos regulares não demonstraram grande interesse em três encontros de quatro horas-aula ofertados de forma exclusivamente discursiva. O curso precisava flexibilizar a forma de ofertar seu conteúdo. Foi o que ocorreu em 2012, quando as aulas se tornaram mais dinâmicas e foram formados 652 alunos (DANTAS, 2013).

Apesar do número de formandos ter apresentado ligeira queda, a maior diferença em 2012 foi que apenas alunos interessados participaram (em 2011, a presença do aluno era obrigatória. Caso não comparecesse, o aluno recebia falta na escola).

Posto do CIC	Total de alunos 2011	Total de alunos 2012	Diferença %
Norte (Jova Rural)	29	100	244,8%
Oeste (Parada de Taipas)	66	76	15,2%
Francisco Morato	86	87	1,2%
Casa da Cidadania (zona sul)	75	71	-5,3%
Feitiço da Vila (zona sul)	50	47	-6,0%

Sul (Jardim São Luís)	72	66	-8,3%
Ferraz de Vasconcelos	70	57	-18,6%
Leste (Itaim Paulista)	53	41	-22,6%
Campinas	180	68	- 62,2%
Guarulhos	152	39	-74,3%
TOTAL	833	652	-21,7%

Durante toda sua realização, o curso teve basicamente a mesma carga horária, demonstrada no quadro abaixo:

	Início	Fim	Tema
DIA 1			
aula 1	9h00	10h30	O conceito de Democracia
aula 2	10h50	12h20	O Futuro da Política
DIA 2			
aula 3	9h00	10h30	Política e organização social no Brasil
aula 4	10h50	12h20	Ética e Política
DIA 3			
aula 5	9h00	10h30	História dos direitos políticos no Brasil
aula 6	10h50	12h20	Política, partidos e eleições no Brasil

Importante ressaltar que as experiências e avaliações de todas essas atividades do Projeto de Iniciação Política foram registradas em relatórios e publicações acadêmicas, com destaque para trabalhos em revistas como a *Cadernos Adenauer*, a *E-Legis* do Centro

de Formação da Câmara dos Deputados e dois livros que deverão serão lançados – um pela UNESP e outro pela Uniandes como resultados de *paper* apresentado em congresso internacional (DANTAS, 2013). Diante desse fato, percebe-se, diferentemente de outros projetos e iniciativas do Programa CIC, que o registro de uma experiência em periódicos e livros vem a fortalecer a iniciativa e construir junto com ela um arcabouço de pesquisa muito valioso para a avaliação e o aprimoramento de uma política pública. Além disso, é possível conhecer seus impactos. O relato de uma experiência bem sucedida possibilita sua reprodução em outros locais, vide o que acontece com o Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas³⁴.

A seguir, a reprodução de um trecho do relatório apresentado pelo coordenador do curso, Humberto Dantas, para a Secretaria da Justiça e para a Fundação Konrad Adenauer:

Entre outras perguntas relacionadas no questionário de entrada, aquele que os alunos tinham contato antes de iniciar o curso, um conjunto de 10 frases foi apresentado. Os alunos tinham que apontar o grau de concordância com elas, que poderia variar entre: concordar totalmente, concordar em partes e discordar nesses dois sentidos (totalmente ou em partes). As respostas, transformadas em números e colocadas em uma escala de 0 a 10, oferecem as médias apresentadas no Gráfico 1. Alguns dos resultados obtidos são bastante preocupantes. Para os fins desta análise, consideraremos que médias abaixo de cinco representam discordância, e acima de cinco, concordância. Naturalmente, quando mais próxima de 10, maior a totalidade da concordância e quanto mais próxima de zero maior a discordância.

As três maiores médias tratam de assunto positivos. Destacamos como a mais importante o fato de os jovens reconhecerem a importância da educação política nas escolas (8,68). Nesse caso, chama atenção a idade como variável explicativa para tal concordância. Quanto mais velhos, mais os jovens reconhecem a necessidade de tal conteúdo. Assim, os alunos de 17 e 18 anos defendem mais a questão, enquanto os de 14 e 15 anos são os que menos a apoiam. Com índices acima de sete pontos, mas com valores abaixo do que esperamos para uma sociedade que tem a política em elevado grau de consideração, duas sentenças extremamente valiosas para a democracia: “o Legislativo é o mais importante dos poderes” e “a democracia é o melhor dos regimes políticos”. Em sociedades mais esclarecidas politicamente, tais indicadores deveriam registrar resultados mais expressivos, apesar de a posição no gráfico ser considerada positiva. Também pesa de forma favorável, na parte de baixo do gráfico, um reduzido grau de adesão à sentença associada ao conhecimento de pessoa próxima que vendeu o voto (4,82). Tal questão pode revelar inocência, ou seja, sinônimo de falta de maturidade para compreender o fenômeno, mas ainda assim aponta cenário positivo.

³⁴ Os Cadernos Gestão Pública e Cidadania são publicados pelo Centro de Administração Pública e Governo e pelo Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Os Cadernos têm como principal objetivo divulgar trabalhos acadêmicos a respeito de gestão e políticas públicas.

Gráfico 1 – Distribuição de graus de concordância por parte dos alunos com sentenças apresentadas no formulário inicial em escala de 0 a 10 pontos – 2011 e 2012

Importante destacar que a ordem das sentenças é rigorosamente a mesma entre os anos analisados. O cenário em 2011, no entanto, apresenta notas mais baixas em todos os quesitos. Em 2012, como aspectos negativos, destacamos um alto grau de adesão ao fato de que todos os políticos são corruptos (6,52). Nesse caso, entretanto, como a média está muito próxima do ponto central, e 37% discordam total ou parcialmente da sentença, podemos considerar que existam aqueles que acreditam na existência de políticos compromissados com a causa pública. Ainda em relação à classe política, é preocupante o índice que concorda com a inexistência de partidos políticos, sendo fortalecidos apenas os interesses e atributos pessoais de seus membros (6,32), e o fato de os políticos deverem favores a seus eleitores (5,68). A imprensa também não aparece bem aos olhos dos alunos: para mais de 58% dos respondentes ela não cumpre bem seu papel de informar, sendo que 29% enxergam de forma absoluta que ela não cumpre esse compromisso. Merece destaque também o fato de que existe concordância com o que a teoria política considera o mal maior das sociedades democráticas: “meus problemas pessoais são mais relevantes que as questões de ordem pública” (5,78). Por fim, o mais preocupante dos resultados: aos olhos dos jovens alunos as eleições não ocorrem de forma limpa no país (4,76). O enfraquecimento dos partidos, a desconfiança em relação aos canais de informação e a não idoneidade eleitoral, sem dúvida, abalam parâmetros relevantes de nossa democracia aos olhos dos estudantes que opinaram.

Diante desse cenário preocupante, parece relevante compreender o que os alunos esperavam da ação quando responderam o questionário de entrada. Dez opções foram dadas à pergunta: o que lhe trouxe para essa atividade? Os respondentes podiam marcar até três delas. O conjunto de respostas oferecido pode ser dividido em três grandes grupos: forte, média e fraca adesão de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 – Motivações para a realização do curso

Forte Adesão Superior a 80%	Média Adesão De 20% a 50%	Fraca Adesão Inferior a 20%
Interesses como estudante	Interesse profissional	Organizações envolvidas
Interesses como cidadão	Gosto e quero saber mais	Membro de partido
		Ações comunitárias
		Os professores do curso
		Não tive escolha
		Para deixar de assistir aula

Interesses como cidadão e educacionais motivam os alunos de forma mais marcante. No segundo bloco chama atenção a questão profissional, justificada por um discurso inicial de apresentação do curso, onde os alunos receberam a informação de que em processos seletivos, grandes empresas envolvem perguntas e testes sobre conhecimentos gerais, e tal pauta costuma ser constituída por aspectos associados ao cotidiano político do país e do mundo. A questão educacional, no primeiro bloco, também é reforçada: parte expressiva dos exames públicos que medem conhecimento e os vestibulares das mais diferentes instituições de educação superior carregam questões sobre política, bem como as redações desses testes costumam tratar da temática.

Igualmente importante para esta análise é a utilização que os alunos darão ao conteúdo assimilado nos três encontros do curso. Oito alternativas foram apresentadas no questionário final, e os respondentes podiam marcar no máximo três delas. Três respostas se destacaram de forma expressiva: vou utilizar o conteúdo como eleitor (85%), vou utilizar como estudante (56%) e vou utilizar como professor (49%). Esse último ponto pode indicar falta de compreensão acerca da pergunta, mas também o interesse de o jovem disseminar o conhecimento apreendido em sua família e entre amigos. Tais resultados é um importante indicador de que o curso atingiu seu objetivo de formar cidadãos. Outras opções não superaram 30% de adesões (DANTAS, 2012).

As informações constantes do relatório mostram que a iniciação política é de grande importância para o jovem sair de uma posição passiva diante dos fatos que lhe atingem cotidianamente. Os alunos apresentam interesses tanto educacionais quanto de cidadãos que os motivam de forma marcante, sendo possível afirmar que a formação política é necessária e só os fortalece.

Entretanto e apesar dos resultados do projeto e do sucesso da parceria durante seus cinco anos de duração, em 2013, quando a Secretaria da Justiça foi instada a financiar o

projeto, e acenou positivamente para essa hipótese, na prática, não renovou o convênio com as instituições parceiras e o projeto foi interrompido. Mais uma vez, aquilo que poderia ser a efetividade de uma política pública para a formação e educação em direitos foi encerrada por falta de recursos.

Conclusão

Início minhas conclusões citando Norberto Bobbio:

Direitos do homem, democracia e Paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem Democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica de conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo (BOBBIO, 1992, p. 01).

Nos últimos trinta anos, o Brasil passou por grandes transformações. Saiu de um período de ditadura militar, passou por um período de redemocratização lento e contínuo até chegar ao momento de democracia plena dos dias de hoje. O processo começou lentamente em 1979, com a Lei da Anistia, que possibilitou a volta de vários exilados políticos, e ganhou força nos primeiros anos da década de 80 (quando aconteceu, em 1982, a primeira eleição direta para governadores). Ainda nessa década, em 15 de novembro de 1986, houve a eleição direta para a Assembleia Nacional Constituinte, que, instalada em 1º de fevereiro de 1987, promulgaria, vinte meses depois, a atual Constituição. Foram mais de 69 milhões de brasileiros que votaram. Ela foi integrada por 559 parlamentares (487 deputados e 72 senadores).

A então nova Constituição de 1988 assegurou diversas garantias com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do povo e do Poder Judiciário, sempre que houvesse (e que houver) a lesão a algum direito. Assegurou principalmente, entre outros direitos, o símbolo maior da democracia: o direito ao voto. A Constituição de 1988 pode ser considerada a mais liberal e democrática que o país já teve, recebendo por isso a denominação de Constituição Cidadã. Nela, a garantia dos direitos civis é preocupação central.

Ser cidadão, no conceito de hoje, dentro de um Estado Democrático de Direito, significa ter acesso pleno a todos os direitos individuais e políticos, sociais e econômicos que assegurem uma vida digna ao ser humano, à comunidade; daí tem-se a forte relação entre cidadania e direitos humanos, entre a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O artigo 5º da Constituição Federal nos traz os direitos e deveres individuais e coletivos. Há previsão expressa de garantias de exercício da cidadania entendida de forma

ampla e, nesse sentido, o princípio de igualdade está na base de qualquer constituição democrática que se proponha a valorizar o cidadão. Não foi e não é diferente com a nossa.

Na Constituição de 1988, o direito à igualdade destaca-se como tema prioritário logo em seu artigo 5º: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e à propriedade”.

Apesar de todo esse arcabouço histórico e legal, há ainda um sentimento de frustração geral da população, pois “a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual” (CARVALHO, 2002, p. 199). Eu acrescentaria a essa reflexão de José Murilo de Carvalho a falta de acesso à justiça. Essa frustração ocorreu porque a população percebeu que apenas a democracia política não resolveria automaticamente seus problemas do dia-a-dia.

Políticas públicas como o Programa Centro de Integração da Cidadania, também frutos da redemocratização, depois de sua concepção e implementação, continuam a buscar seu amadurecimento institucional. Mudanças significativas na condução de projetos importantes do programa aconteceram: a mediação, que antes era desempenhada por operadores tradicionais do direito (juízes, promotores e policiais), hoje é realizada por membros da comunidade; ou, então, as mudanças ocorridas com a promoção intensificada da educação em direitos no esforço de democratizar o conhecimento e com isso diminuir as barreiras do acesso à justiça, entendida aqui como ampla, não se limitando ao acesso ao tradicional aparato judiciário. A parceria inestimável com a Defensoria Pública, que proporcionou tanto a educação em direitos, como o acesso ao Poder Judiciário (acredito que esse tema merece uma nova dissertação!) ou com os cursos de Iniciação Política ou os promovidos pelo Espaço Jovem, que abrem caminhos e mentalidades, afinal ter conhecimento e consciência de seus direitos e da política é o que o coloca o cidadão em pé de igualdade na sua participação.

Assim como a democracia, o CIC, em seu objetivo de promover acesso à justiça, direitos humanos e cidadania, também colhe muitas frustrações. Os avanços são inegáveis, mas a sensação que se tem é a de que nunca é o suficiente. A educação em direitos da população alijada do sistema é apenas uma face da moeda que pode diminuir as diferenças e proporcionar a constituição do sujeito. A democratização do acesso depende também de

uma nova visão daqueles que operam a máquina. Investimentos de vulto na área social sem a mudança de mentalidade da classe dominante perpetuam a ideia de que se está fazendo um favor para os menos favorecidos.

Ao Programa CIC faltam muitos elementos para caracterizá-lo como uma política pública forte de acesso à justiça e promoção de direitos humanos. A começar, falta-lhe estrutura física (os postos necessitam de manutenção periódica, o que exige recursos que a SJDC não oferece). Precisa também de recursos humanos, pois é um programa cuja atividade é considerada fim, ou seja, aquela que presta serviço direto ao cidadão, em uma secretaria meio, cujo papel é fomentar políticas e não executá-las. Apenas para ilustrar, por ocasião da transformação do CIC em unidade de despesas, fato que lhe conferiu um pouco mais de autonomia e controle diante de seu orçamento, manifestei-me, enquanto coordenadora, acerca da necessidade do programa ter um quadro de servidores maior, melhor capacitado, de preferência concursados, para lhe conferir mais segurança no sentido de dar continuidade aos projetos, e infelizmente o programa não foi atendido em nenhum desses pleitos.

Falta também apoio institucional da Secretaria e clareza da política que se quer implementar e de seus processos de avaliação. Estes últimos pontos podem ser melhorados se o Planejamento Estratégico 2013-2016 for realmente utilizado como ferramenta de gestão. O apoio institucional forte da Secretaria poderia minimizar problemas com outros órgãos, pois o CIC teria suporte para bancar suas ações e convencer seus parceiros de sua importância. Esse apoio seria fundamental no convencimento de uma nova forma de atuação do Poder Judiciário que ainda mantém uma cultura institucional rígida, formal e hierarquizada que dificulta o acesso à justiça nas regiões onde o CIC está inserido. Enfim, nas palavras de um colega de trabalho do CIC, “falta prioridade governamental, que gera falta de recursos, descompromisso dos parceiros, incapacidade de ampliar as parcerias, falta de articulação com o judiciário, que empobrece as possibilidades de desenvolver formas alternativas de acesso à justiça e assim por diante” (palavras ditas durante as RTD - Reuniões Técnicas de Direção, em que se reuniam as equipes de diretores e a coordenação do programa).

No entanto, apesar de todas as suas deficiências, o CIC pode ser entendido como um espaço que prioriza a formação do cidadão, como uma esfera da justiça e educação em direitos humanos, cuja finalidade principal é a de constituição do sujeito. A despeito de suas falhas, sua equipe aguerrida segue operando o programa da melhor maneira possível,

contando com boa vontade de gestores e com a credibilidade da população, o que contribui para imprimir uma cultura institucional de não violência e reconhecimento do outro.

Anexo 01

Projeto de Atuação Educação em Direitos CIC e DPE/SP

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
E
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA

***PROJETO DE ATUAÇÃO
EDUCAÇÃO EM DIREITOS
2010***

DADOS DOS PARCEIROS

Nome	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA
Responsável pelo projeto	MARIA ISABEL CUNHA SOARES
Função	COORDENADORA
Fone	3291 2600
Nome	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Responsável pelo projeto	GISLAINE CALIXTO DOS SANTOS
Função	COORDENADORA GERAL DE ATUAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS
Fone	3105-5799 r.266

DADOS SOBRE O PROJETO

NOME DO PROJETO

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

JUSTIFICATIVA

O projeto se justifica diante da necessidade de levar ao conhecimento de todos usuários dos Centro de Integração da Cidadania informações que garantam o acesso da pessoa humana aos direitos constitucionalmente previstos e garantidos na Carta da República, pelos diversos órgãos de atuação, principalmente ao atribuir à Defensoria Pública do Estado, Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

OBJETIVO

O projeto visa levar às comunidades com alto índice de vulnerabilidade social informações e serviços gratuitos que garantam o acesso à justiça, em suas diversas formas.

PÚBLICO ALVO

Comunidade local

METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido em 12 (doze) palestras, mediante exposição do tema seguido de comentários e debates, buscando a integração de todos os participantes ao evento.

	PALESTRAS	DATAS	EXPOSITORES-DEFENSORES PÚBLICOS
1	CONVERSANDO SOBRE GUARDA DE MENOR	29/06/2010	1)
			2)
	CONHECENDO A DEFENSORIA PÚBLICA	28/01/2010	1)
7	RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE FILHOS E INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE	27/07/2010	2)
			1)
	ENTENDENDO A LEI DE ALIMENTOS	23/02/2010	2)
1	DIREITOS POLÍTICOS	31/08/2010	1)
	FALANDO SOBRE DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO	30/03/2010	2)
1	ESTABELECIMENTO DE UNÃO (JUDICIAL) DESCOMPLICADO	30/09/2010	1)
			2)
	DISCUTINDO UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO	29/04/2010	1)
0	DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	26/10/2010	2)
			1)
	EFEITOS SUCESSÓRIOS DECORRENTES DAS ENTIDADES FAMILIARES	27/05/2010	2)
1	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO E AÇÃO CIVIL PÚBLICA	30/11/2010	1)
			2)

2	VIOLENCIA DOMÉSTICA OU INTRAFAMILIAR	16/12/2010	1) 2)

RECURSOS		
Quantidade		Breve Descrição das Atividades
24	Expositores	Exposição dos temas e experiências pessoais
2	Funcionários	Organização dos trabalhos-coleta de presença/entrega de certificados

RECURSOS MATERIAIS		
Quantidade	material	
1	Espaço físico	Auditório do CIC
10	Banner	Defensoria- Educação e Cidadania
240	Folhas de sulfite	Lista de presença
100	Canetas	Preta/azul
10000	Certificados	Certificados de participação (fornecidos pelo CIC)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Atividade				
1.	CONHECENDO A DEFENSORIA PÚBLICA	28/01/2010			
2.	ENTENDENDO A LEI DE ALIMENTOS	23/02/2010			
3.	FALANDO SOBRE DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO (EXTRAJUDICIAL/JUDICIAL)	30/03/2010			
4.	DISCUTINDO UNIAO ESTÁVEL E CONCUBINATO	29/04/2010			
5.	EFEITOS SUCESSÓRIOS DECORRENTES DAS ENTIDADES FAMILIARES	27/05/2010			
6.	CONVERSANDO SOBRE GUARDA DE MENOR	29/06/2010			
7	RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE FILHOS E INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE	27/07/2010			
8	DIREITOS POLÍTICOS	31/08/2010			
9	ESTATUTO DO IDOSO DESCOMPLICADO	30/09/2010			
10	DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	26/10/2010			
11	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO E AÇÃO CIVIL PÚBLICA	30/11/2010			
12	VIOLENCIA DOMÉSTICA OU INTRAFAMILIAR	16/12/2010			

INSCRIÇÃO

Nos Centro de Integração da Cidadania

Gratuitas

São Paulo, dezembro 2009.

Gislaine Calixto dos Santos
Defensora Pública
Coordenadora Geral

Anexo 02

Protocolo de Intenções para promoção da Mediação

Gabinete do Secretário

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Protocolo de Intenções

Protocolo de Intenções que entre si celebram a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, a Secretaria de Estado da Educação, a Defensoria Pública Estadual, todas do Governo do Estado de São Paulo; a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Secretaria Especial para Participação e Parceria, Secretaria de Negócios Jurídicos, Comissão Municipal dos Direitos Humanos, todas da Prefeitura Municipal de São Paulo, e; Instituto Sou da Paz, CEBEPEJ - Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais e MPD - Movimento do Ministério Público Democrático, organizações da sociedade civil, com vistas a estabelecer parâmetros comuns de modo a desenvolver projetos e ações conjuntas visando à implementação da Mediação e demais formas alternativas de resolução de conflito no âmbito da Cidade de São Paulo.

Participam do presente Protocolo de Intenções a **Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania**, com sede no Pátio do Colégio, 148, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 46. 381.000/0001-80, representada por seu Titular, **Luiz Antônio Guimarães Marrey**, portador do RG nº 6.059.099 -3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 949.432.658-04, a **Secretaria dos Negócios da Segurança Pública**, com sede na Rua Libero Badaró, 39, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 46377800/0001-27 representada por seu Titular, **Ronaldo Augusto Bretas Marzagão**, portador do RG nº. 3.358.246 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 064.342.238-20, a **Secretaria da Educação**, com sede na Praça da República, 53, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 46.384.111/0001-40, representada por sua Titular, **Maria Helena Guimarães de Castro**, portadora do RG nº. 3.553.090/SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob

Pátio do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP

www.justica.sp.gov.br

Tel.(11)-3291-2600

1

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

nº. 059.237.468-83, a **Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, com sede na Av. Liberdade, nº 32, Centro, nesta Capital/SP, inscrita no CNPJ sob nº 08.036.157/0001-89, representada por sua titular, **Cristina Guelfi Gonçalves**, portadora do RG nº 20.461.591 e CPF nº 168.817.188-61, **todas do Governo do Estado de São Paulo**; a **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**, com sede na Rua Libero Badaró, 569/561, CEP 01009-000, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 60.269.453/0001-40, representada por sua Secretária Adjunta, **Paula Giuliano Galeano**, portadora do RG nº. 13.160.893-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº. 128.423.328-65; a **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**, com sede na Rua do Paraíso, 387, 1º andar, CEP: 04103-000, Paraíso, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 74.118.514/000182, representada por seu Titular, **Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho**, portador do RG nº. 6.665.204-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 634.586.918-04; a **Secretaria Municipal de Participação e Parceria**, com sede na Rua Libero Badaró, 5º andar, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 07.420.613/0001-27, representada por seu Titular, **Ricardo Montoro**, portador do RG nº. 113.045.788-52 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 385.201.688-68; a **Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos**, com sede no Viaduto do Chá, 15 - 8º andar, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº.46.392.072/0001-22, representada por seu titular, **Ricardo Dias Leme**, portador do RG nº. 6.650.327-9 e inscrito no CPF/MF sob nº. 672.297.518-53; a **Comissão Municipal de Direitos Humanos**, com sede no Pátio do Colégio, nº. 05, Cep: CEP 01016-040, Centro, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 46.395.000/0001-39, representada por seu presidente **José Gregori**, portador do RG nº. 139.728, SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº. 007023828-68, **todas da Prefeitura Municipal de São Paulo**; o **Instituto Sou da Paz**, com sede na Rua Luis Murat, 260 - Vila Madalena, Cep: 05436-050, nesta Capital, inscrita no CNPJ nº. 03.483.568/0001-07, representado pela sua Diretora Institucional, **Melina Ingrid Rizzo**, portadora do RG nº. 21.317.189 - SSP/SP e do CPF/MF sob o nº. 163.697.228-47 e; **CEBEPEJ - Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais**, com sede na Rua Desembargador Guimarães, nº 21, Água Branca, São Paulo-SP, inscrito sob CNPJ nº. 03.208.644/0001-68, representado por seu presidente, **Kazuo Watanabe**, portador do RG nº. 1.971.343 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº. 396.592.598-91; **MPD - Movimento do Ministério Público Democrático**, com sede nesta Capital, à R. Riachuelo, 217, 5º. andar - CEP 01007-000 - São Paulo - SP, inscrito sob CNPJ: 67.136.200/0001-47, **Roberto Livianu**, portador do RG nº 14.202.690-6 e inscrito no CPF/MF nº 126.237.348-44 doravante denominados simplesmente

Pátio do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP

www.justica.sp.gov.br

Tel. (11) 3291-2600

2

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

PARTÍCIPIES, todos devidamente identificados e qualificados, no uso de suas atribuições legalmente estabelecidas, celebram, com fundamento no artigo 3º do Decreto Estadual nº 40.722, de 20 de março de 1996, o presente Protocolo de Intenções, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CONSIDERANDO os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme disposto no Artigo 3º da Constituição Federal, especialmente: "I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.";

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil, conforme seu Preâmbulo instituiu – *"um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica de controvérsias (...)"*;

CONSIDERANDO que o artigo 5º da Constituição Federal assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida e à segurança;

CONSIDERANDO que a construção de uma cultura de paz, que a promoção da segurança pública e a prevenção da violência são de responsabilidade de diferentes instâncias governamentais, da comunidade e da sociedade civil;

CONSIDERANDO que as formas alternativas de solução de disputas, como a Mediação e a Conciliação, constituem mecanismos comprovadamente eficazes de promover a paz, de maneira prática e consistente, pela participação ativa dos atores sociais envolvidos;

Pateo do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP
www.justica.sp.gov.br

Tel.(11) 3291-2600

3

fer. 22

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

CONSIDERANDO que o Município tem papel fundamental no estabelecimento e execução de políticas de prevenção ao crime, incluindo projetos sociais, recuperação de espaços urbanos e a promoção da convivência pacífica, até em razão de ser o ente governamental mais próximo da população e que o Programa São Paulo Paz (Decreto Municipal nº 48.147/07), implantado pela Secretaria Especial para Participação e Parceria, em conjunto com o Instituto Sou da Paz, em caráter experimental nos Distritos de Brasilândia, Grajaú e Lajeado, prevê a implantação de serviços de mediação de conflitos como estratégia de prevenção do crime e da violência;

CONSIDERANDO o compromisso comum do Governo do Estado de São Paulo, especialmente por sua Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e pela Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e da Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente por sua Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria Especial para Participação e Parceria, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Negócios Jurídicos, e pela Comissão Municipal de Direitos Humanos em viabilizar mecanismos sociais de prevenção da violência e de solução pacífica de conflitos visando à promoção da Cultura da Paz;

CONSIDERANDO que Estado e Sociedade devem coordenar seus esforços e recursos de modo a estabelecer, executar e avaliar as políticas públicas necessárias à prevenção da violência, à garantia dos direitos humanos e à promoção da cidadania;

CONSIDERANDO que os meios de solução pacífica de conflitos são essenciais para o desenvolvimento ambientalmente sustentado da Cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO os modelos de policiamento cidadão e comunitário;

Pateo do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP
www.justica.sp.gov.br

Tel.(11) 3291-2600

4

fls. 21
*

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

CONSIDERANDO que cabe à Defensoria Pública do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, sendo certo que, entre suas atribuições, impõe-se o dever de promover a mediação e conciliação extrajudicial entre as partes em conflito de interesses, conforme previsão contida no artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar nº 988/06."

CONSIDERANDO que o Centro de Integração da Cidadania – CIC – programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania busca garantir acesso à justiça nas áreas de alta vulnerabilidade social, por meio de diversas formas de parceria com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público, órgãos do Estado e do Município, associações da sociedade civil;

CONSIDERANDO que a SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social coordena a Política de Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social - SUAS na cidade de São Paulo, visando articular um conjunto de ações, cuidados, atenções e benefícios para redução dos riscos sociais e prevenção dos seus impactos, nos territórios de maior vulnerabilidade social, buscando garantir o desenvolvimento humano, social e os direitos de cidadania para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social, por meio de seus programas estratégicos "Ação Família - viver em comunidade" e "São Paulo Protege".

CONSIDERANDO artigo 2º do Decreto Municipal nº. 45.712, de 10 de fevereiro de 2005, que fixou como objetivo da Secretaria Especial para Participação e Parceria a condução de ações governamentais voltadas à democratização da gestão pública do Município de São Paulo;

ban

Pateo do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP
www.justica.sp.gov.br

[Handwritten signatures and initials]

Tel.(11) 3291-2600

5

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

CONSIDERANDO as atribuições dessa Secretaria Especial para Participação e Parceria, à qual cabe, ainda conforme o supra referido artigo 2º, a garantia da participação da sociedade civil e de segmentos sociais específicos da população na construção e implementação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida no Município; a promoção e facilitação de ações de participação popular que propiciem a implementação de diretrizes e políticas municipais, e a elaboração projetos e programas que promovam a construção de uma sociedade mais justa, apresentando propostas que assegurem a igualdade de condições, a solidariedade social, a justiça social e o respeito às diversidades;

CONSIDERANDO que cabe à Comissão Municipal de Direitos Humanos a promoção, a defesa dos direitos humanos, bem como o seu efetivo respeito por parte do Poder Público e de toda a sociedade, mediante ações que possibilitem a construção de uma cultura de paz, reafirmando a importância do acesso aos direitos humanos e a preservação das liberdades fundamentais, dos princípios de justiça social e de dignidade e do valor da pessoa humana;

CONSIDERANDO que o Instituto Sou da Paz tem como missão contribuir para a efetivação no Brasil de políticas públicas de segurança e prevenção da violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área;

CONSIDERANDO que o CEBEPEJ – Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais dedica-se ao desenvolvimento de mecanismos que assegurem o efetivo acesso à ordem jurídica justa, colaborando com a implementação de Setores de Conciliação e Mediação em âmbito judicial e extrajudicial;

Pateo do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP
www.justica.sp.gov.br

Tel.(11) 3291-2600

6

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

RESOLVEM:

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Protocolo de Intenções é celebrado com vistas a estabelecer parâmetros comuns de modo a desenvolver projetos e ações conjuntas visando à implementação da Mediação e demais formas alternativas de resolução de conflitos no âmbito do Estado de São Paulo, com ênfase no município de São Paulo.

Parágrafo Único: Os **PARTÍCIPES** concordam em oferecer recursos humanos e tecnológicos disponíveis para viabilizar a realização de ações voltadas para a construção da Cultura da Paz por meio do incentivo e da implementação de Serviços de Mediação e demais formas alternativas de resolução de conflitos, com ênfase em quatro eixos prioritários de atuação:

- 1.1. Formação/capacitação de mediadores de conflitos;
- 1.2. Implantação de serviços gratuitos de Mediação e demais formas de solução de conflitos, preferencialmente em locais de alta vulnerabilidade social;
- 1.3. Monitoramento e supervisão do processo de formação, do atendimento prestado pelos mediadores e de outros pontos relevantes para o aprimoramento dos serviços, por meio da constituição de um grupo de trabalho permanente composto por representantes dos órgãos signatários deste Protocolo e outros que tiverem interesse no seu objeto;
- 1.4. A ampliação da rede de parceiros que tenham interesses comuns a este Protocolo.

II - DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Protocolo de Intenções não envolve repasse de recursos públicos.

III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Pateo do Colégio, 148 - Centro - São Paulo/SP
www.justica.sp.gov.br

Tel. (11) 3291-2600

7

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

CLÁUSULA TERCEIRA

Ajustes futuros, decorrentes do presente Protocolo, deverão ser procedidos mediante instrumento próprio e específico.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de vigência deste instrumento é de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, cabendo às partes, por Termo Aditivo, decidir sobre a prorrogação do mesmo ou de sua reformulação.

CLÁUSULA QUINTA

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação prévia de 60 (sessenta dias) e será rescindido por descumprimento de quaisquer cláusulas ou por infração legal.

CLÁUSULA SEXTA

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 11(onze) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, escolhendo desde já o foro de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 29 de outubro de 2007.

LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO
Secretaria da Segurança Pública

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO
Secretaria de Estado da Educação

CRISTINA GUELFÍ GONÇALVES
Defensoria Pública

les 25
A

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Gabinete do Secretário

PAULA GIULIANO GALEANO

Secretaria Municipal de Assistência
e Desenvolvimento Social

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Secretaria Municipal do Verde
e do Meio Ambiente

RICARDO MONTORO

Secretaria Municipal de
Participação e Parceria

RICARDO DIAS LEME

Secretaria Municipal dos
Negócios Jurídicos

JOSÉ GREGORI

Comissão Municipal de Direitos Humanos

MELINA INGRID RISSO

Instituto Sou da Paz

KAZUO WATANABE

CEBEPEJ - Centro Brasileiro de Estudos
e Pesquisas Judiciais

ROBERTO LIVIANU

MPD - Movimento do Ministério Público
Democrático

Testemunhas:

1.
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
Coordenador
RG nº 22.285.911-8

2.
Marco Aurelio Chagas Martorelli
Dirigente da Assessoria de Defesa da Cidadania
RG nº 13700842-0

Anexo 03
Edital de Credenciamento – (modelo)

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

PROJETO BÁSICO - modelo

I - OBJETO

1.1 - Edital para credenciamento de pessoas físicas interessadas em prestar serviços de natureza intelectual e prático-intelectual nas atividades da Coordenadoria de Integração da Cidadania.

II- OBJETIVO

2.1 - Este documento tem a finalidade de fixar características técnicas gerais e mínimas para o credenciamento e posterior contratação de palestrantes, oficinairos e supervisores pedagógicos para a difusão de conhecimento acerca dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Cultura de Paz na Coordenadoria de Integração da Cidadania, que compreende a Coordenadoria e mais 10 (dez) postos fixos do CIC.

III - JUSTIFICATIVA

3.1 - A finalidade deste credenciamento é contratar pessoas físicas para a realização de palestras, oficinas ou outras formas de difusão de conhecimento acerca dos Direitos Humanos, da Cidadania, da Medição Comunitária e temas afins na Coordenadoria de Integração da Cidadania visando atender ao cumprimento das atribuições legais da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e do Programa CIC, conforme prevê o Decreto 46 000, de 15/08/2001.

Além disso, pretende proporcionar, por meio da realização das atividades supracitadas, maiores condições de acesso à Justiça e promoção da Cultura de Paz em regiões de alta vulnerabilidade social, contemplando os objetivos da Coordenadoria de Integração da Cidadania e desta Pasta.

IV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As contratações derivadas deste credenciamento onerarão a dotação n° para a cobertura das despesas.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

V - PERÍODO DE CREDENCIAMENTO

5.1 Estará aberto durante todo o ano e, bimestralmente, será publicada no DOC e no site da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania a listagem dos credenciados, desde que haja novos profissionais credenciados.

5.2 O presente credenciamento atenderá aos princípios constitucionais norteadores da atuação administrativa.

VI-PERFIL DO CANDIDATO

6.1. Palestrante, oficineiro ou supervisor pedagógico ou de estágio é o profissional com formação universitária que, em nível de graduação ou pós-graduação, tenha conhecimentos específicos a respeito do tema que constitui objeto da palestra pretendida, nas áreas de Direitos Humanos, Educação para a Cidadania, Promoção da Cultura de Paz e Mediação Comunitária.

6.2. Em caráter de exceção, para caso de oficineiros, o notório-saber poderá ser atestado por outros meios, tais quais: portfólios, artigos publicados, reconhecimento na mídia ou outros meios que comprovem o conhecimento aplicado do profissional.

VII. DO LOCAL E DO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES

7.1. As inscrições, visando o credenciamento, serão realizadas das 10:00 às 16:00 horas, de 2ª a 6ª feira, na Coordenadoria de Integração da Cidadania da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania-SJDC, Pátio do Colégio, 148, 2º andar, sala 27, Centro – CEP 01016-040, São Paulo – SP.

7.2. Serão aceitas as solicitações de credenciamento enviadas pelo serviço de Correio, e em sendo aprovadas, serão publicadas no DOC, conforme as especificações do edital.

VIII. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

8.1. Considerar-se-á credenciado o palestrante que cumprir as seguintes etapas:

8.1.1 O interessado deverá entregar requerimento na Coordenadoria de Integração da Cidadania, endereçado ao seu Sr. Coordenador, pleiteando seu credenciamento, juntamente com a documentação abaixo descrita:

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

- a) *curriculum vitae* com endereço completo, telefone e e-mail;
- b) cópias autenticadas de diplomas, certificados e demais documentos que comprovem a titulação acadêmica;
- c) cópias autenticadas da Cédula de Identidade (Registro Geral) e do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;
- d) cópias de outros documentos que possam demonstrar a qualificação nas áreas pertinentes às atividades desenvolvidas pelas unidades da Coordenadoria de Integração da Cidadania - CIC, a saber: Direitos Humanos, Educação para a Cidadania, Promoção da Cultura de Paz e Mediação Comunitária;
- f) comprovação de situação regular junto à Receita Federal;
- g) declaração de que nada deve à Fazenda Pública do município de São Paulo;
- h) declaração de que não é servidor público estadual.

8.1.2 A análise dos documentos mencionados neste item e a aprovação, para fins de credenciamento, é de competência da Comissão de Credenciamento especialmente designada pelo Sr. Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, devendo haver manifestação, caso a caso, quanto ao atendimento dos requisitos.

8.1.3 Após a decisão da Comissão de Credenciamento, o titular da Coordenadoria de Integração da Cidadania tornará pública a listagem dos credenciados por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Site oficial da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – www.justica.sp.gov.br.

8.2O Palestrante passará pelos seguintes critérios estabelecidos para sua manutenção no rol de credenciados:

- a) Submeter-se às reuniões de planejamento, previamente agendadas, junto à Coordenadoria de Integração da Cidadania, para ciência da programação de palestras, incluindo local, datas e horários das atividades.
- b) Ter bom relacionamento interpessoal;
- c) Mostrar comprometimento no desenvolvimento das ações (assiduidade, pontualidade etc.).

8.3 Da designação dos profissionais credenciados:

8.3.1 Efetivado o credenciamento, será comunicado o calendário de atividades, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao palestrante.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

8.3.2 Os Palestrantes credenciados estarão aptos a serem contratados pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, devendo assumir as obrigações conforme Anexo I.

8.4 Os credenciados serão contratados conforme necessidade e conveniência da Administração Pública.

8.4.1 O credenciamento não gera automaticamente direito à contratação.

IX - DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

9.1A partir da data de publicação dos resultados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC, os interessados terão o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição de recurso.

X - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO

10.1 No ato da Contratação, o Palestrante apresentará os seguintes documentos:

- a) Cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- b) Cópia do RG;
- c) Comprovante de situação cadastral do CPF, que pode ser obtido no site da receita federal, link CPF, situação cadastral (www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Indicação de conta corrente, da qual seja titular, frente ao Banco _____ se for o caso.
- e) Declaração de que nada deve à Fazenda Pública do Município de São Paulo.

XI - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

11 O Credenciamento é válido por 1 (um) ano, a contar da data da publicação no DOC.

XII - DOS SERVIÇOS

12.1 – A realização das atividades, palestras e oficinas ou outras formas de difusão do conhecimento serão realizadas em períodos de 2 (duas) a 8 (oito) horas por dia, conforme as necessidades e demandas da Coordenadoria de Integração da Cidadania:

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

- na Coordenadoria - sito no Pátio do Colégio, n.º 148 – sala 27;

- nos 10 (dez) postos do CIC, localizados nos endereços abaixo:

Centro de Integração da Cidadania - CIC Leste

Rua Padre Virgílio Campelo, n.º 150, Encosta Norte, Itaim Paulista – São Paulo

Centro de Integração da Cidadania – CIC Oeste

Estrada de Taipas, n.º 990, Jardim Panamericano, Jaraguá – São Paulo

Centro de Integração da Cidadania – CIC Sul

Avenida José Manoel Camisa Nova, 100

Jardim São Luiz – São Paulo

Centro de Integração da Cidadania – CIC Norte

Rua Ari da Rocha Miranda, 36

Jova Rural – Jaçanã – São Paulo

Centro de Integração da Cidadania– CIC Casa da Cidadania

Rodovia dos Imigrantes Km 11,5 – casa 19 – São Paulo

Centro de Integração da Cidadania -Cic Feitiço da Vila

Estrada de Itapeceira, 8.887 – São Paulo

Centro de Integração da Cidadania - Cic Guarulhos

Avenida Capão Bonito, 64 – Bairro dos Pimentas , no município de Guarulhos

Centro de Integração da Cidadania - Cic Campinas

Rua Otília Anherti Pieri, 85 , no município de Campinas

Centro de Integração da Cidadania – CIC de Ferraz de Vasconcelos

Avenida Américo Trufelli, n.º 60, Conjunto Residencial José Chacon Moriel, no município de Ferraz de Vasconcelos

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Centro de Integração da Cidadania – CIC de Francisco Morato

Avenida Tabatinguera, nº 45, Centro, no município de Francisco Morato.

Centro de Integração da Cidadania – CIC Jundiaí

Rua Alceu de Toledo Pontes esquina com a Rua de Ligação e com o Caminho da Servidão, bairro do CECAP 1.

Centro de Integração da Cidadania – CIC Parelheiros

Rua Nazle Mauad Lytfi, 185 – Parque Tamari – Parelheiros

Cep:04891-020

12.2 – As atividades supramencionadas serão relacionadas às áreas de Direitos Humanos, Educação para a Cidadania, Promoção de Cultura da Paz, Mediação Comunitária e temas afins.

XIII – DA REMUNERAÇÃO

13.1 O profissional, uma vez contratado, receberá³⁵:

- a) R\$ 60,00 (sessenta reais) por hora de trabalho, com os devidos descontos previstos em lei, no caso de graduados com experiência mínima de 2 anos;
- b) R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora de trabalho, com os devidos descontos previstos em lei, no caso de pós-graduados com mestrado, com experiência mínima de 2 anos;
- c) R\$ 100,00 (cem reais) por hora de trabalho, com os devidos descontos previstos em lei, no caso de pós-graduados com doutorado, com experiência mínima de 2 anos.

XIV - DO PAGAMENTO

14.1 Caberá à unidade requisitante dos serviços, no âmbito da Coordenadoria de Integração da Cidadania, atestar as horas trabalhadas e o atendimento das condições estabelecidas pelo contrato, para fins de pagamento.

³⁵ Os valores baseiam-se nos valores praticados pela FUNDAP, SVMA e Escola Paulista da Magistratura para atividade similar.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

14.2 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias a contar da data do adimplemento da obrigação, certificado através de aceitação dos serviços, expedido pelo responsável da unidade requisitante.

14.3 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco _____ que venha a ser indicado por SF, ou ainda, por meio de conta saque.

XV – HÍPOTEESES DE DESCREDENCIAMENTO

15.1 A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania poderá, a qualquer tempo, descredenciar o profissional, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade jurídica, técnica ou de sua postura profissional, sem que caiba qualquer direito a reembolso ou indenização.

15.2 O profissional também será descredenciado nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

15.3 O profissional pode solicitar o seu descredenciamento, desde que seja requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.4 Fica assegurado o direito ao contraditório, sendo avaliada suas razões pela Comissão de Credenciamento desta Pasta.

XVI- OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CREDENCIADOS

16.1 – Os credenciados deverão responsabilizar-se integralmente pelo serviço objeto da contratação, nos termos da legislação vigente.

16.2 – Manter em perfeitas condições de uso as dependências e equipamentos utilizados na execução das atividades, responsabilizando-se por eventuais danos;

16.3 – Prestar serviços de qualidade, conforme suas atribuições, em consonância com as normas estabelecidas pela Direção do Posto;

16.4 – Acordar, juntamente com a Direção do CIC, qualquer mudança no horário ou data das atividades;

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

16.5 – Participar de reuniões com a Direção do CIC de atuação e com a Coordenadoria de Integração da Cidadania, sempre que necessário, para elaborar o planejamento das atividades e averiguar demais questões pertinentes.

16.6 – Cumprir os prazos acordados com a Coordenadoria de Integração da Cidadania.

16.7 – Manter todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas para o credenciamento.

16.8 – Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

16.9 – Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Coordenadoria.

XVI - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA

17.1 – Disponibilizar aos credenciados, as dependências e equipamentos existentes, para execução do objeto do contrato;

17.2 - Fiscalizar e supervisionar todas as atividades programadas, realizando avaliações periódicas;

17.3 – Contribuir para a articulação e divulgar as atividades, em nível local, para que a comunidade usufrua efetivamente das mesmas;

17.4 – Efetuar o pagamento dos credenciados, conforme o disposto no edital.

17.5 – Realizar reuniões de capacitação visando o incremento na qualidade das ações e à resolução de pendências e/ou eventuais conflitos na relação do profissional credenciado.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – Os profissionais contratados ficarão sujeitos a processo avaliatório, sempre que necessário, para a manutenção do credenciamento no período pré-estipulado pelo Edital.

18.2 – A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania poderá adiar, revogar ou anular o presente procedimento de credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer tipo de reembolso, indenização ou compensação, além dos previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

18.3 – Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Credenciamento.

Anexo 04

Programa do Curso de Mediação Comunitária do CIC

PLANOGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM MEDIAÇÃO PARA MEDIADORES COMUNITÁRIOS DOS CICs	
2011	
CURSO VOLTADO A SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITOS – MEDIAÇÃO	
PARTE TEÓRICA	CARGA HORÁRIA : 72 HORAS / AULA
<p>EMENTA: Novos paradigmas; Aspectos sociológicos e psicológicos; teoria do conflito; formas de administração de conflitos; métodos de resolução de conflitos; conceito de mediação; principais modelos de mediação; etapas da mediação; mediador: perfil, função e ética; noções gerais sobre as áreas de aplicação da mediação; mediação familiar; mediação comunitária</p>	
<p>OBJETIVOS: Capacitar mediadores comunitários que atuam nas atividades da Coordenadoria Centros de Integração da Cidadania, instrumentando-os com uma revisão teórica das ferramentas e informações mínimas sobre técnicas de pacificação de conflitos pelo método da mediação e, em especial, seu emprego na área familiar, comunitária, escolar e ambiental.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
SEMANAS:	CONTEÚDO
1º fim de semana Aula 1 (29 /04)	Apresentação da matéria, do programa, da bibliografia e do corpo docente. Novos paradigmas. Professores Fernanda Levy e Adolfo Braga
1º fim de semana Aula 2 (30 /04)	Aspectos sociológicos; Ilusórios/Imaginários; Paradigmas; Preconceitos; Aspectos Psicológicos; Identidade; Interesses; Necessidades; Valores Inter-relações; Inter-relações pessoais, profissionais e comerciais; Contrato Tácito nas Inter-relações. Professoras Gilda Gronowicz e Sandra Bayer
1º fim de semana Aula 3 (30 /04)	Conflitos; Tipos de Conflitos; Reações ao Conflito; Agressividade e Violência; Conflitos - Posições – Interesses Professoras Gilda Gronowicz e Sandra Bayer
2º fim de semana Aula 4 (06 /05)	Formas de administração de conflitos adversariais – não adversariais Noções Gerais e diferenciação dos Métodos de Resolução de Conflitos: Judicial e Extrajudicial Conciliação, Arbitragem e Mediação Professoras Fernanda Levy e Maria Cecília Carvalho

2º fim de semana Aula 5 (07 /05)	Mediação; Introdução Histórica; Filosofia da Mediação Principais Modelos de Mediação – Etapas Professores: Mariane Feijó e Margarida Toledo
2º fim de semana Aula 6 (07/05)	Pré-Mediação Termo de Compromisso de Mediação Professores: Professores: Mariane Feijó e Margarida Toledo
3º fim de semana Aula 7 (13/05)	Mediação – Etapas; Abertura; Professoras: Helena Mandelbaum e Miriam Blanco
3º fim de semana Aula 8 (14/05)	Investigação; Comunicação e a Mediação Professoras: Helena Mandelbaum e Miriam Blanco
3º fim de semana Aula 9 (14/05)	Emoções Professoras: Helena Mandelbaum e Miriam Blanco
4º fim de semana Aula 10 (20/05)	Agenda e sua Elaboração; Criação de opções Professoras: Elza Artoni e Lia Regina Castaldi Sampaio
4º fim de semana Aula 11 (21/05)	Avaliação de Alternativas; Teoria das decisões; Escolha das Opções Professoras: Elza Artoni e Lia Regina Castaldi Sampaio
4º fim de semana Aula 12 (21/05)	Solução ou soluções a partir dos interesses, necessidades e valores envolvidos Professoras: Elza Artoni e Lia Regina Castaldi Sampaio
5º fim de semana Aula 13 (27/05)	Áreas de Utilização da Mediação- Noções Gerais Civil; Comercial; Financeira; Trabalhista; Meio Ambiente; Penal Professores Paula Fortes Muniz e Agenor Lisot

5º fim de semana Aula 14 (28/05)	Mediação Familiar; Conceito atual de Família; Construção do Futuro da Família; Violência Doméstica. Professoras: Paula Fortes Muniz e Sandra Bayer
5º fim de semana Aula 15 (28/05)	Relação Parenteral e os Filhos; Pré-mediação; Mediador de Família – Perfil ideal Professores:Paula Fortes Muniz e Sandra Bayer
6º fim de semana Aula 16 (03/06)	Função do mediador; Ética do Mediador; Código de Ética do Mediador; Profissões de origem e o mediador de conflitos Professores: Mariângela Coelho e Adolfo Braga
6º fim de semana Aula 17 (04/06)	Menor envolvido em atos infracionais; Comunidade; Diversos tipos de Inter-relações nas comunidades; Filosofia da atividade na Comunidade Professores: Mariângela Coelho e Adolfo Braga
6º fim de semana Aula 18 (04/06)	Política Pública ou Ação Comunitária; Tipos de intervenção mediadora; Mediador Comunitário Professores Mariângela Coelho e Adolfo Braga

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; **BRAGA NETO**, Adolfo (2007) *O que é mediação de conflitos*, São Paulo, Brasiliense

SALES, Lilia Maia de Moraes – *Mediare – Um guia prático para mediadores* – G Z Editora 2010 – 3ª Edição

SCHNITMAN, D. F. e **LITTLEJOHN**, S. (Org). *Novos Paradigmas em Mediação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

SIX, Jean-François – *Dinâmica da Mediação* - Belo Horizonte 2001 Editora Del Rey

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRINOVER, Ada Pellegrini, **WATANABE**, Kazuo e **LAGRASTA**, Caetano Neto - *Mediação e Gerenciamento do Processo – Revolução na Prestação Jurisdicional* – São Paulo 2007 Editora Atlas

METODOLOGIA DE ENSINO: Aula expositiva com eventual auxílio de

equipamentos de informática voltados ao magistério, exercícios de fixação, leitura de obras, trabalhos de campo e de pesquisa, inclusive internet.											
SISTEMA DE AVALIAÇÃO: No ultimo dia do Curso Teórico serão distribuídos questionários de avaliação para todos os participantes com o objetivo de mensurar o grau de satisfação dos participantes, bem como desenvolver padrões mínimos para os professores na capacitação teórica de mediadores para os CICs											
ELABORAÇÃO : PROFESSOR (ES) RESPONSÁVEL (EIS) DATA : ASSINATURA :											
APROVAÇÃO : COORDENADOR DO CURSO : DATA : ASSINATURA :											
PARTE PRÁTICA	CARGA HORÁRIA : 30 HORAS										
<p>OBJETIVOS: Propiciar aos participantes do Curso Teórico acima descrito a aplicação prática da teoria recebida, por intermédio da vivência de casos reais levados às Câmaras de Mediação junto a 5(cinco) CICs, a fim de identificar habilidades e eventuais dificuldades na coordenação do procedimento da mediação, visando a troca de experiência entre os participantes e o supervisor. Neste Módulo, todos os participantes serão divididos em grupos de no máximo 5 pessoas que serão acompanhados por um professor supervisor, que será responsável pelo grupo junto a Câmara de Mediação dos CICs ao longo das 30 horas práticas. Os locais e os supervisores são:</p> <table> <tr> <td>1- Norte</td><td>Violeta Daou e Valéria Perez</td></tr> <tr> <td>2- Feitico da Lua e Sul</td><td>Sandra Bayer</td></tr> <tr> <td>3- Oeste e Francisco Morato</td><td></td></tr> <tr> <td>4 – Leste –Guarulhos e Ferraz</td><td>Adolfo Braga</td></tr> <tr> <td>5 - Campinas</td><td></td></tr> </table>		1- Norte	Violeta Daou e Valéria Perez	2- Feitico da Lua e Sul	Sandra Bayer	3- Oeste e Francisco Morato		4 – Leste –Guarulhos e Ferraz	Adolfo Braga	5 - Campinas	
1- Norte	Violeta Daou e Valéria Perez										
2- Feitico da Lua e Sul	Sandra Bayer										
3- Oeste e Francisco Morato											
4 – Leste –Guarulhos e Ferraz	Adolfo Braga										
5 - Campinas											
<p align="center">CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>Conflito – Estrutura do Conflito – Posições – Interesses – Necessidades – Valores – Opções na Administração do Conflitos – principais Modelos de Mediação – Função do Mediador – Pré-mediação – termo de Compromisso de Mediação – Mediação – Etapas – Pré Mediação – Ética do Mediador – Código de Ética do Mediador</p>											
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> 											
METODOLOGIA DE ENSINO: Prática a partir de casos reais sempre acompanhadas											

dos supervisores
<p>SISTEMA DE AVALIAÇÃO: No ultimo dia do Curso Teórico serão distribuídos questionários de avaliação para todos os participantes com o objetivo de mensurar o grau de satisfação dos participantes, bem como desenvolver padrões mínimos para os supervisores na capacitação pela prática de mediadores para os CICs</p>
<p>ELABORAÇÃO : PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEL(EIS)</p> <p style="text-align: center;">DATA :</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURA :</p>
<p>APROVAÇÃO : COORDENADOR DO CURSO :</p> <p style="text-align: center;">DATA :</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURA :</p>

Bibliografia

- ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Direitos humanos e não violência*. São Paulo: Atlas, 2001.
- _____. (org.). *O Direito descoberto no dizer*. São Paulo: Edição do Autor, 2000.
- _____. *Direitos humanos*. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. *Esferas da justiça para convivência: Constituição do sujeito de direito e promoção dos direitos humanos*. São Paulo: Edição do Autor, 2011.
- AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e participação no Brasil democrático*. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- BARBOSA MOREIRA, João Carlos. *O direito à Assistência Jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo*. Revista de Processo, n. 67, pp. 124-134, 1992.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *Cidadania e direitos humanos*. In: Cadernos de Pesquisa (Faculdade Carlos Chagas), n. 104, 1998.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de; BLOTTA, V. S. L. *Mini Código de Direitos Humanos*. Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2010.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *O direito na pós-modernidade*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. São Paulo: Campus, 1992.
- BOITEUX, Elza Antonia Pereira Cunha. *O princípio da solidariedade e os direitos humanos de natureza ambiental*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. In: *Vade Mecum*. 11º. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. Decreto n. 1.904, de 13 de maio de 1996. Programa Nacional de Direitos Humanos 1. Revogado pelo Decreto n. 4.229, de 13/05/2002. Brasília, SEDH/MJ, 1996a.
- _____. Decreto n. 4.229, de 13 de maio de 2002. Programa Nacional de Direitos Humanos 2. Revogado pelo Decreto n. 7.037, de 2009. Brasília, SEDH/MJ, 2002.
- _____. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, SEDH/MJ, 2009a.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996b.
- _____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: versão 2006. Brasília, MEC/SEDH, 2006.
- _____. Ministério da Justiça. Cartilha *Justiça comunitária*, 2006.
- _____. Parecer CNE/CP n. 8/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos

- Humanos. Brasília, MEC/CNE, 2012a.
- _____. Resolução CNE/CP n. 01/2012, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, MEC/CNE, 2012b.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), Brasília: SDH/PR, 2010.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *O conceito de política pública em direito*. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 34, n. 133, jan./mar., 1997A.
- _____. *Políticas públicas e direito administrativo*. In: Revista de Informação Legislativa, número 133, jan/mar, 1997B, pp. 89-98.
- BUCCI, Maria Paula Dallari et alli. *Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos*. In: Direitos humanos e políticas públicas. São Paulo: Pólis (Cadernos Pólis, 2), 2000.
- BUSH, Barush Robert A; FOLGER, Joseph P. *La promesa de la mediación*. Buenos Aires: Granica, 2009.
- CALMON, Petrônio. *Fundamentos da mediação e da conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- CAPPELLETI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1978 (1988).
- CARBONARI (org.), Paulo César. *Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo*, volume 02. Passo Fundo: IFIBE, 2009.
- CARVALHO RAMOS, André de. *Teoria geral dos direitos humanos na Ordem Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CLAUDE, Richard; ANDREOPOULOS (org.). *Educação em direitos humanos para o século XXI*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2007 (serie DH 5).
- COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- _____. *Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas*. In: Interesse Público, nº 16, p. 49, 1998.
- _____. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA, Carlos. *Posto avançado de cidadania: um novo modelo de justiça*. Revista Diálogos e Debates da Escola Paulista da Magistratura, pp. 38-46, dezembro de 2000.
- COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. *O Estado de Direito: história, teoria, crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DANTAS, Humberto. *O jovem e a educação política: percepções com base em experiências*. In: Brasil em Foco: Análises e Comentários. Dezembro de 2013, <http://www.kas.de/wf/doc/11706-1442-5-30.pdf>.

- _____. *Relatório anual do Curso de Iniciação Política dos Centros de Integração da Cidadania*. Fundação Konrad Adenauer, Centro de Integração da Cidadania, Instituto do Legislativo Paulista e Fundação Mario Covas, 2012.
- DANTAS, H.; SOARES, A. B.; SOARES, M. I; LAMARI, R. *Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações*. Coleção Cadernos Adenauer XI, nº 3, 2010.
- DOMINGUES, José Maurício. *Instituições formais, cidadania e solidariedade complexa*. São Paulo, Lua Nova, 2006.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política*. In: Educação & Sociedade, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010.
- ELSTER, Jon. *Agir contre soi: la faiblesse de volonté*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- FARIAS, José Fernando de Castro. *O solidarismo sociológico: a abordagem de Durkheim*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- FILGUEIRAS, Cássio; BAYER, Sandra Regina Garcia Olivan. *Mediação comunitária como instrumento de intervenção para cultura de paz*. Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do Diploma do Curso de Aperfeiçoamento “Mediação: Intervenções Sistêmicas para Resolução de Conflitos e Disputas em Diferentes Contextos”, COGEAE, PUC-SP, 2006.
- FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Julio. *Mediação e solução de conflitos: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2008.
- FISS, Owen. *Against Settlement*. In: The Yale Law Journal; vol. 93, n.6; pp. 1073-1090, 1984.
- FREITAS JR., Antonio Rodrigues de. *Entendendo os conflitos: para um conceito de conflito intersubjetivo de Justiça*. São Paulo: gray paper, 2010.
- FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos*. In: Cadernos de Pesquisa, Pensamento Educacional, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação, vol. 4, n. 8. Universidade Tuiuti do Paraná. Abr. 2009.
- GRINOVER, Ada P. *O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário*. Revista de Processo, RePro 164, pp. 9-28, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. vol. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HADDAD, Eneida G.M.; SINHORETO, Jacqueline; ALMEIDA, Frederico de; PAULO, Liana de. *Centros Integrados de Cidadania*. Desenho e implantação da política pública (2003-2005). São Paulo, Núcleo de Pesquisa IBCCRIM, agosto de 2006. [ok!]
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- LIMA, Fernanda Maria Dias de Araújo; ALMEIDA, Maurício Vicente Silva. *A mediação harvardiana e a mediação transformativa*. <http://mediacaoconflitos.blogspot.com.br/>. Nov. 2011.
- LIMA, Renato Sergio de; PAULA, Liana (org.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.
- MACEDO, José Rivair. *Concílios Ecumênicos Medievais*. In: MAGNOLI (org.), *História da paz*, São Paulo: Contexto, 2008.
- MUSZKAT, Malvina Ester (org.). *Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo violência*. São Paulo: Summus, 2003.
- NACÕES UNIDAS. *Programa mundial para a educação em direitos humanos*, proclamado pela Resolução n. 59/113-A, de 10 de dezembro de 2004.
- _____. *Plan de Acción para la primera etapa del Programa Mundial para la Educación en Derechos Humanos*, 2006.
- NEUMANN, Lycia Tramuja Vasconcellos; NEUMANN, Rogério Arns. *Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário*. Instituto para o Desenvolvimento Social (IDIS), Coleção Investimento Social. São Paulo: Global, 2004.
- OLIVEIRA, Isaura Mello Castanho e; PAVEZ, Graziela Acquaviva; SHILLING, Flavia (orgs.). *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de crimes fatais*. São Paulo: Educ, 2002.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- PIOVESAN, *Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: jurisprudência do STF*. In: <http://www.dhnet.org.br>. Sem data.
- QUEIROZ, Cristina Maria de Sousa Garcia. *A mediação entre pares: uma estratégia para a prevenção e resolução de conflitos: estudo de caso numa escola do 3º ciclo do conselho de Felgueiras, Granada*. 2012.
- RICHA, Morgana de Almeida; PELUSO, Antonio Cezar e outros. *Conciliação e mediação: estruturação da política nacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- ROMANO, Roberto. *Paz de Westfalia 1648*. In: MAGNOLI (org.), *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. *O que é mediação de conflitos*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SANTANA, Izaías José de, YAMAZAKI, Ricardo Augusto (coord.). *Declaração Universal dos Direitos Humanos comentada para o cidadão*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. 2ª. Reimpressão. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.
- _____. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Editora Cortes, 2003.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

- SÃO PAULO. *Planejamento Estratégico Quadrienal do Centro de Integração da Cidadania 2007/2010*. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo, 2007.
- _____. *Planejamento Estratégico Quadrienal do Centro de Integração da Cidadania 2013-2015*. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Secretaria de Gestão Pública.
- _____. *Relatórios Oficiais do Programa Centro de Integração da Cidadania*. Projeto Mediação Comunitária, Programa CIC. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo, 2010.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. *A conceituação da cidadania brasileira e a Constituição Federal de 1988*. In: MORAES, Alexandre de (org.). *Os 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, Aida; TAVARES, Celma. *A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos*. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, pp. 13-24, 2011.
- _____. *Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites*. In: Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 1, pp. 50-58, jan./abr. 2013.
- SINHORETO, Jaqueline, *Justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*. São Paulo: Alameda, 2011. [ok!]
- SOUZA, Celina. *Sociologias, Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, pp. 20-45
- SUPIOT, Alain. *Homo Juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos. n. 9, dez 2008.
- TAVARES, Celma. *Barbarie en la Democracia*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006.
- TAYLOR, Charles. *Grandeur et misère de la modernité*. Paris : Bellarmin, 1992.
- UNGARO, Gustavo Gonçalves. *Responsabilidade do Estado e direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2012.